

**NÚCLEO HISTÓRICO DA AVENIDA
BARÃO DO RIO BRANCO (ALTO DOS
PASSOS)**

Nota Prévia de Pesquisa

Patrícia Falco Genovez

**JUIZ DE FORA - MG
CLIO EDIÇÕES ELETRÔNICAS**

1998

FICHA CATALOGRÁFICA

GENOVEZ, Patrícia Falco. **Núcleo Histórico da Avenida Barão do Rio Branco (Alto dos Passos)**. Nota prévia de pesquisa. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 1998. 78 p. (História e Arquitetura de Juiz de Fora, 8)
<http://www.clioenet.ufjf.br/cliodel>

1. História de Juiz de Fora
2. História Urbana
3. Patrimônio Histórico

Clioedel
- Clio Edições Eletrônicas -
Projeto virtual do Arquivo Histórico da UFJF
E-mail: clionet@cpd.ufjf.br
<http://www.clionet.ufjf.br/cliodel>

Endereço para correspondência:
Arquivo Histórico da UFJF
Prédio do CDDC - Campus Universitário
Juiz de Fora - MG - Brasil
CEP: 36036-330

Fone: (032) 229-3750
Fax: (032) 231-1342

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Reitora: Profa. Dra. Maria Margarida Martins Salomão
Vice-Reitor: Prof. Paulo Ferreira Pinto
Pró-Reitor de Pesquisa: Prof. Dr. Murilo Gomes de Oliveira
Diretor da Editora: Professor Mestre Galba Ribeiro Di Mambro

SUMÁRIO

Apresentação	03
Aspectos Históricos do Alto dos Passos	11
Fontes	51
Anexos:	
Anexo 01	54
Anexo 02	56
Anexo 03	60
Anexo 04 - Edificação isolada: Avenida Barão do Rio Branco, 3036 (esquina com Osvaldo Aranha)	64

APRESENTAÇÃO

O texto histórico elaborado por **Patrícia Falco Genovez** para o trabalho *Núcleo Histórico da Avenida Barão do Rio Branco (Alto dos Passos)*, oitavo volume da Coleção História e Arquitetura de Juiz de Fora, foi o resultado do trabalho de pesquisa desenvolvido por uma equipe composta pela professora Mestre **Leda Maria de Oliveira**, responsável pela parte referente à História Oral; pela consultora em História da Arte, professora Mestre **Maraliz de Castro Vieira Christo**, do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e por duas estagiárias do Curso de História da UFJF, **Daniella Pires de Freitas** e **Raquel Pereira Francisco**.

Uma outra equipe, de arquitetos e urbanistas, complementa o trabalho realizado: **Raquel de Oliveira Fraga**, arquiteta; **Mônica C. Henriques Leite**, estagiária; Professora Mestre **Maria Julieta Nunes de**

Souza, consultora na área de arquitetura e urbanismo, do Departamento de Arquitetura da UFJF; e dois consultores externos: Professor Mestre **Antônio Pedro de Alcântara** e Professora Doutora **Dora Monteiro de Alcântara**. Um funcionário do Instituto de Pesquisa e Planejamento (IPPLAN), o arquiteto **Paulo Gawryszewski**, complementa a assessoria por parte da Prefeitura.

A pesquisa integra o projeto *Cidade Humana* da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (IPPLAN) em parceria com a UFJF. Este projeto tem, entre outros objetivos, o tombamento de, aproximadamente, 170 imóveis. A Fundação Centro Tecnológico (FCT) da UFJF é a responsável pelo gerenciamento financeiro deste projeto, resguardando os direitos dos pesquisadores envolvidos. Os coordenadores são, por parte da Prefeitura, o Diretor de Planejamento do IPPLAN **Álvaro Henriques Giannini** e, por parte da

UFJF, o Diretor da Faculdade de Engenharia, na ocasião o Professor **Júlio César da Silva Portela**.

É de fundamental importância esclarecer que as construções abordadas na presente obra fazem parte de um inventário produzido pela empresa *Século XXX*. Para cada um dos imóveis relacionados no inventário, abriu-se um processo, contendo justificativas históricas e arquitetônicas elaboradas com o intuito de instruí-lo. Posteriormente, os processos são encaminhados à Comissão Permanente Técnico-Cultural (CPTC) que emite, ao Prefeito, o parecer sobre o tombamento ou não do imóvel.

Tendo em vista o prazo de razoabilidade estabelecido pelo Departamento Jurídico da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, as equipes, de Arquitetura e História, tiveram quatro meses para finalização das justificativas. Tal realidade de trabalho nos forçou a estabelecer uma metodologia: os imóveis em processo de tombamento foram, portanto, divididos em grupos

cujas características históricas apresentam um fio condutor direcionado por aspectos culturais, sociais e geográficos.

Assim, a parte das justificativas elaboradas pela Equipe de História para os processos acompanha o desenvolvimento histórico da cidade de Juiz de Fora de forma cartográfica. Ou seja, a partir de um mapa, foram identificados grupos de edificações que apresentam características históricas específicas e os vários diálogos com o todo já configurado na cidade.

Essa metodologia, além de facilitar o trabalho das equipes e da própria Comissão que relata os processos, é fundamental para que os imóveis não sejam avaliados de forma isolada, o que diminui drasticamente seu valor histórico. Sem a visão de conjunto e do contexto no qual o imóvel encontra-se inserido, é quase impossível reconhecer seu valor enquanto repositório da história do local onde foi edificado e do próprio município. Fatores

extremamente importantes para a definição da identidade dos cidadãos de nossa cidade.

Uma identidade capaz de nos conferir a cidadania enquanto juízes e, num plano mais amplo, enquanto brasileiros. Cidadania da qual a CPTC, juntamente com o Prefeito, se tornaram guardiães. De suas decisões de tombamento ou não, depende a formação de nossa identidade e, por conseguinte, de nossa cidadania. As edificações em processo de tombamento são documentos que testemunham a nossa história. Documentos que não estão guardados em museus ou bibliotecas, estão em nossas ruas à vista daqueles que aqui moram e dos que nos visitam.

Em virtude do tempo reduzido para a elaboração das justificativas acordou-se com o IPPLAN que não seriam feitas as justificativas de prédios públicos e eclesiásticos, assim como das fazendas que circundam o município. O trabalho, portanto, voltou-se para as edificações privadas, localizadas no centro urbano,

ficando os demais prédios para um trabalho posterior. Durante o tempo determinado para realização do trabalho, foram feitas algumas exceções, dada a urgência jurídica de alguns processos. Por isso, alguns deles tiveram que ser trabalhados fora do conjunto no qual estavam inseridos, como por exemplo, a Vila Spinelli (rua Espírito Santo), o armazém do Senhor Manoel Ferreira (avenida Rio Branco) e uma casa na rua Bernardo Mascarenhas. Todos esses imóveis integrarão, na forma de anexo, o texto referente ao conjunto no qual cada um se encaixa. Quanto aos demais, estabeleceu-se os seguintes grupos a serem trabalhados e que foram entregues à Divisão de Patrimônio Arquitetônico e Cultural (DIPAC), nas datas respectivas:

- 1) Praça da Estação (12/04/1998);
- 2) Ruas Marechal Deodoro e Halfeld, parte baixa (01/05/1998);
- 3) Ruas Marechal Deodoro e Halfeld, parte alta (19/05/1998);

4) Rua Batista de Oliveira (parte central) e avenida Getúlio Vargas (10/06/1998);

5) Bairro Granbery, compreendendo as ruas Antônio Dias, Batista de Oliveira (depois da avenida Independência), Sampaio e Barão de Santa Helena (14/07/1998);

6) Rua Espírito Santo (14/07/1998);

7) Alto dos Passos: avenida Barão do Rio Branco, ruas Moraes e Castro e Osvaldo Aranha (17/08/1998);

8) Avenida Barão do Rio Branco a partir do Parque Halfeld até o Largo do Riachuelo (17/08/1998);

9) Rua Bernardo Mascarenhas, avenida dos Andradas e bairro Mariano Procópio (17/08/1998).

Ressaltamos, ainda, que o conhecimento produzido (as justificativas históricas e arquitetônicas) a partir desse esforço de pesquisa será, posteriormente, reavaliado e, até mesmo, complementado tendo em vista os dados obtidos após sua formulação. Ele integrará a Coleção *História e Arquitetura de Juiz de Fora*,

lançada com o intuito de incentivar novas pesquisas, uma vez que levanta pontos e lacunas importantes da história da cidade de Juiz de Fora, do final do século XIX até metade do século XX. Além disso, levanta questões pertinentes em relação à história arquitetônica da cidade. Pode-se, a partir desse trabalho, pensar tais imóveis num outro recorte com uma perspectiva voltada, por exemplo, para a evolução arquitetônica dos prédios em processo de tombamento. Enfim, muitas alternativas se abrem para futuras pesquisas seja na área de história, seja na área de arquitetura ou mesmo de um diálogo frutífero entre ambas.

Chamamos a atenção para o fato de que os textos serão publicados como notas prévias de pesquisa, tendo em vista que os mesmos não apresentam qualquer alteração em relação ao conhecimento produzido e entregue à DIPAC (órgão competente da Prefeitura responsável pelos processos de tombamento). Houve apenas uma edição mudando o *layout*: duas colunas e

formato paisagem. Além disso, em cada processo de tombamento, montado pela DIPAC, segue, além do texto referente aos aspectos históricos, a descrição pontual do respectivo imóvel. Nesta publicação, as várias descrições arquitetônicas aparecem reunidas. No tocante à parte arquitetônica, os textos básicos desenvolvidos pelas professoras Maraliz de C. Vieira Christo e Maria Julieta Nunes de Souza, colocados na forma de anexo nos processos entregues à DIPAC, foram publicados à parte.

Finalmente, cabe-nos realçar as várias pessoas e instituições que contribuíram para esta pesquisa, recebendo a equipe de história com distinção, profissionalismo e simpatia. Nosso agradecimento também se estende a todos que, gentilmente, contribuíram através de seus relatos e depoimentos. Aceitando o risco de esquecer de algum colaborador, gostaríamos de citar cada uma das instituições e pessoas que tanto colaboraram para este trabalho:

- ao ARQUIVO HISTÓRICO DA UFJF na pessoa do seu diretor Professor Ribeiro Di Mambro e da funcionária e historiadora Carla Suely Campos;

- ao ARQUIVO HISTÓRICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA na pessoa do seu diretor Antônio Henrique Lacerda e pela colaboração de seus funcionários e historiadores: Elione Silva Guimarães e Francisco Carlos Limp Pinheiro;

- à BIBLIOTECA MUNICIPAL MURILO MENDES, pela colaboração de sua funcionária e historiadora Heliane Casarim Henriques;

- ao MUSEU MARIANO PROCÓPIO, na pessoa de seu diretor Dr. Antônio Carlos Duarte e pela colaboração dos funcionários: Maria de Fátima Araújo Aguiar, Carlos Henrique Saldanha, Rita de Cássia de Andrade Procópio, Eneida Maria de Miranda e Aloísio Arnaldo Nunes de Castro;

- ao ARQUIVO DORMEVILLY NÓBREGA, pela colaboração e simpatia com que recebeu a equipe

Núcleo Histórico da Av. B. do Rio Branco (A. dos Passos)

de história, especialmente ao seu organizador, o jornalista, historiador, cronista, pintor, cantor, humanista... senhor Dormevilly Nóbrega;

- à CASA DE ANITA na pessoa do Dr. Marcelo Mega;

- à Divisão de Comunicação da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (DICOM) e aos funcionários que, gentil e pacientemente, atenderam às estagiárias, na busca incansável de processos de construção;

- à Secretaria da SOCIEDADE BENEFICENTE DE JUIZ DE FORA que, gentilmente, abriu-nos as portas de seu arquivo;

- ao INSTITUTO GRANBERY, pela grande colaboração de seus funcionários do Arquivo Documental Dr. Lander: Professor Ernesto Giudice Filho e Professora Soraia Maria Lopes da Silva;

- à Diretoria da CASA ESPÍRITA, na pessoa da senhora Aelce Horácio Souza;

Núcleo Histórico da Av. B. do Rio Branco (A. dos Passos)

- ao MINISTÉRIO DA MEMÓRIA DA IGREJA METODISTA, pela colaboração do senhor Paulo Lima;

- à ASSOCIAÇÃO COMERCIAL pela colaboração de seus diretores e funcionários;

- ao ARQUIVO DO SEMINÁRIO SANTO ANTÔNIO, pela colaboração da funcionária Ozana de Fátima Paiva Cabral Silva e da Professora Beatriz de Vasconcellos Dias de Miranda;

- à SECRETARIA DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO de Juiz de Fora;

- à EMPRESA A & S SOFTWARE Ltda., pela assistência na digitalização das fotografias e mapas e pela colaboração valiosa prestada por Adriano Braz Falco Genovez e Silene M. Felizardo Genovez.

Às pessoas que aceitaram dar seu depoimento, contando sobre a história da cidade, toda nossa estima. São elas: Sr. Oswaldo Costa (“Congo”); Dr. Antônio Fernando Vieira Braga, Dr. José João Mokdeci; senhora

Mounira Haddad Rahmn, senhor Luiz Carlos Fazza; senhor Alberto Surerus Moutinho (por ter recolhido informações com outros funcionários do Banco do Brasil: Ary Geraldo, Leon Pereira Nehrey, Édson Mega e Mauro Lucci) e pela entrevista e disponibilidade em abrir seu arquivo pessoal de fotos da cidade); senhor Manoel Borges de Carvalho; senhor José Márcio Peralva; senhor Moysés A. Arbex; Doutor Alberto Arbex; senhora Naual Krayem Arbex; senhora Nabia Farage Miana; senhora Amélia Sfeirr Feres; senhora Cléa Feres Nacif; senhora Ináh Mello de Carvalho; jornalista Mário César Manzolilo de Moraes; senhor Fúlvio Marcos De Landa Júnior; jornalista Natalle Chianello (Natálio Luz); senhor Nildo Tavares; senhor Sebastião Garibaldi Pifano; senhor Luarino Cortes Carvalho; senhora Maria Teresa Merhi Abi-Nasser; Dr. Edelo Abraham Assad; Dr. Rubem Sottomayor; senhora Inês Ciuffo; historiadora Valéria Ferenzini; escritora Cleonice Rainho Thomaz Ribeiro; Dr. Manoel

Monachesi; senhor Nilton Soranço; senhor Mário Soranço; senhora Gioconda Soranço; senhor Sebastião Tomaz; senhora Vânia Maria Moreira Ranzoni; senhora Maria da Glória Moreira Ranzoni; senhora Delourdes Conceição Pratini de Almeida; senhor Antônio Vidal Campante; senhora Maria Ignez Michels; senhora Aelce Horácio de Souza; senhor Demétrio Pável Bastos; Padre David José Reis; artista plástica Nívea Bracher; doutor José Carneiro Gondin; senhora Jahira Mattos de Medeiros; doutor Waldemar Medeiros; Padre e Professor Mestre Afonso Henrique Hargreaves Botti; senhor Dormevilly Nóbrega; Irmã Maria Helena Souza de Faria; psicóloga Maria de Lourdes Mascarenhas; Dr. Roberto Villela Nunes; Dr. Hermenegildo Villela Freitas; senhora Lucy Junqueira Costa Reis; senhora Maria José Junqueira Villela de Andrade; Senhora Cristina Ribeiro de Castro; senhora Yolanda Maria Junqueira Villela de Andrade Melo; professora Sílvia Maria Belfort Villela de Andrade; professora Vanda

Arantes do Vale; senhora Alice Salzer Rodrigues e Sr. Antenor Salzer Rodrigues.

Com todos tivemos a oportunidade de aprender muito mais do que história. Através de seus relatos e dos contatos estabelecidos, todos, indistintamente, nos ensinaram preciosidades, contando sobre suas experiências de vida. A esses, que já consideramos amigos, nosso imenso carinho.

Um agradecimento especial se faz necessário ao Professor Galba Ribeiro Di Mambro, já mencionado enquanto diretor do Arquivo Histórico da UFJF, que prestou seu total e irrestrito apoio à publicação propondo, inclusive a formação da presente coleção. O Professor Galba, diretor da Editora Clio Edições Eletrônicas, tem nos orientado na edição e constituição da coleção *História e Arquitetura de Juiz de Fora*.

Outro agradecimento especial cabe-nos fazer às estagiárias da equipe de história que demonstraram uma dedicação que vai além do profissionalismo. Daniella

Pires de Freitas e Raquel Pereira Francisco que trabalharam além das horas propostas, levantando dados e percorrendo arquivos, por respeito e amor à história. Elementos que em nenhum momento faltaram à Professora Leda Maria de Oliveira, incansável nas entrevistas e contatos. Do convívio diário com Leda, Daniella e Raquel ficou a grande lição de que um bom trabalho começa sempre com a humildade e a verdade, numa busca constante e honrada pela dignidade profissional do historiador.

Enfim, muitos obstáculos e problemas estiveram à nossa frente, formando barreiras por vezes quase intransponíveis. Por todos os desafios superados, fica apenas a certeza de que, através de nossa força, o poder de Deus se fez presente.

Patrícia Falco Genovez

Aspectos Históricos do Alto dos Passos

Patrícia Falco Genovez¹

¹ Doutoranda no programa de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, membro do Núcleo de História Regional da UFJF, membro do Conselho Editorial da Revista Eletrônica de História do Brasil (<http://www.ufjf.br/~clionet/rehb>), historiadora responsável pela elaboração final do texto histórico para instrução de processos de tombamento, junto à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

A rua Halfeld desce como um rio, do morro do Imperador, e vai desaguar na Praça da Estação. Entre suas margens direita e o Alto dos Passos estão a Câmara; o Fórum; a Academia de Comércio, com seus padres; o Stella Matutina, com suas freiras; a Matriz, com suas irmandades; a Santa Casa de Misericórdia, (...); a Cadeia, com seus presos; toda uma estrutura social bem pensante e cafardenta que, se pudesse amordaçar a vida e suprimir o sexo, não ficaria satisfeita e trataria ainda, como na frase de Rui Barbosa, de forrar de lã o espaço e cair a natureza de ocre. Esses estabelecimentos tinham sido criados, com a cidade, por cidadãos prestantes que praticavam ostensivamente a virtude e amontavam discretamente cabedais que as gerações sucessivas acresciam à custa do juro bancário e do casamento consanguíneo. Já a margem esquerda da rua Halfeld marcava o começo de uma cidade mais alegre, mais livre, mais despreocupada e mais revolucionária.

*O Juiz de Fora projetado no trecho da Rua Direita era, por força do que continha, naturalmente oposto e inconscientemente rebelde ao Alto dos Passos. Nele estavam o Parque Halfeld e o Largo do Riachuelo, onde a escuridão noturna e a solidão favorecia a pouca vergonha.*²

Esta é a importância capital do núcleo histórico do bairro Alto dos Passos, uma das extremidades da então rua Direita, depois, Avenida Barão do Rio Branco, onde habitava um grupo com características sócio-culturais bem diferenciadas em relação àquele que se localizava na margem esquerda da rua Halfeld. No Alto dos Passos se concentrou um dos povoados que deu origem à nossa cidade. É, por assim dizer, a primeira etapa de nossa história, quando esses núcleos de povoamento, ainda esparsos, não tinham estabelecido uma malha urbana. Uma história, aliás, que já se encontra representada em

² NAVA, Pedro. **Baú de Ossos**. Memórias 1. 6ª ed., Rio de Janeiro: Nova

suas várias etapas nos diferentes núcleos que foram se formando ao longo da constituição do município.

Portanto, enquanto valor histórico e documental os relatos, processos, inventários e fontes que trabalhamos para compor este levantamento histórico, têm nos próprios prédios ainda remanescentes, do final do século passado e início deste, testemunhos absolutos e cabais das famílias que ali viveram, do cotidiano, do luxo e da ostentação que lhes eram característicos. O que fica expresso nas próprias palavras de um contemporâneo:

Em verdade foi na graciosa colina que mais tarde se denominou Alto dos Passos, a fundação dos primeiros elementos da futura cidade mineira. Dali, como é fácil de observar, tomou nossa urbs para seu caminho triunfante o rumo do norte, assinalando o roteiro seguido por marcos de edificação, mais a mais

Fronteira, 1983. p. 20 e 21.

*elegantes e úteis, segundo as exigências progressivas das organizações novas e sadias.*³

Diferentemente dos demais núcleos já trabalhados (Praça da Estação, ruas Marechal Deodoro e Halfeld parte baixa e parte alta, rua Batista de Oliveira e Avenida Getúlio Vargas, Granbery e rua Espírito Santo) o núcleo do Alto dos Passos apresenta-se como o lugar daqueles que já possuíam profundas raízes nesta localidade. Sem dúvida, um contraponto aos demais núcleos urbanos citados acima onde a característica básica é a presença de imigrantes, na maioria dos casos, vindos de países distantes.

³ Apud ESTEVES, Albino. **Álbum do Município de Juiz de Fora, 1915.** Belo Horizonte: Editora Oficial, 1915. p. 159. Estas palavras foram escritas pelo Major Ignácio da Gama, na série de artigos *Ontem, hoje, amanhã*. Conforme OLIVEIRA, Paulino. “Passos e Alto dos Passos”. **Crônicas.** <<http://www.artnet.com.br/~arthur/cronicaf.html>> *é preciso não confundir Passos com Alto dos Passos. Alto dos Passos, a “graciosa colina”, como a chamou Ignácio Gama, é o local onde nasceu a cidade, originada do arraial de Santo Antônio do Paraibuna, que progrediu sempre para o norte, como frisou aquele historiador, e Passos é o bairro que surgiu muito depois, entre o Lamaçal e São Mateus, ligados, a princípio, apenas pela rua do Capim (Morais e Castro) e depois também pela rua Barão de São Marcelino.*

Todos os prédios em processo de tombamento complementam as lacunas sobre a história de nossa elite.⁴ Eles dão a verdadeira noção da transformação ocorrida no cotidiano das famílias mais influentes que tiveram suas fazendas “invadidas” pela crescente urbanização da cidade e as transformações gradativas pelas quais passaram suas moradias: da casa grande da fazenda para as chácaras e, posteriormente, o palacete em meio à urbanização, sendo que estes dois últimos coexistiram por algum tempo.⁵ Além disso, essas edificações representam o esforço desta elite em se colocar mais

⁴ Todos os dados relacionados à elite juizforana, principalmente seus vínculos com a Corte e a política local foram trabalhadas em GENOVEZ, Patrícia Falco. **As malhas do poder: uma análise da elite de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX.** Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1996. Ver também GENOVEZ, Patrícia Falco. Câmara de Compadres: relações familiares na Câmara Municipal de Juiz de Fora (1853-1889). **Locus: Revista de História.** V. 2, n. 2, EDUFJF/NHR, 1996. p. 61 a 79

⁵ Conforme VALE, Vanda Arantes do. Juiz de Fora - Manchester Mineira. **III Encontro da Associação de Estudos Brazilianistas.** Cambridge (Inglaterra), 1996. p. 11, os palacetes apresentam as seguintes características: *prédios situados centralmente em terrenos de grande proporções; predomínio do quantitativo, grande número de cômodos específicos, evitando-se a superposição de funções; presença de torres e torreões; adoção de elementos*

próxima do centro de poder político institucional: a Câmara Municipal, trocando, muitas vezes, o conforto da fazenda pela casa na cidade. Era a vereança que, através da instância política, tornava eminente o poder de cada família. Um poder que precisava ficar evidente, também, no luxo de suas moradias. E, o que é fundamental, esses exemplares que estão em processo de tombamento, são representantes fiéis da continuidade de uma lógica de ocupação adotada pela geração anterior, da qual nada restou e cuja raiz remonta às concessões de sesmarias. Um aspecto que demandará um certo esforço tendo em vista que traz a mais remota origem da cidade e, conseqüentemente, a formação dos troncos familiares que deram início a essa lógica.

Por isso, inicialmente, fazem-se necessárias algumas referências ao surgimento da cidade para compreendermos o aparecimento de alguns troncos

que revelam as conquistas tecnológicas como pára-raios, campanha elétrica, banheiros internos e água corrente nos dormitórios.

familiares que despontam, entre os demais, na disputa pelo poder local. As raízes no próprio município permitiam a algumas famílias responder pelo bem-estar da cidade. Pertencer a uma família abastada e morar num local nobre, como era o Alto dos Passos, garantia a respeitabilidade que os *notáveis locais* precisavam para se diferenciarem daqueles que chegaram mais tarde. Um exemplo claro de diferenciação dentro da própria elite, ocorreu em relação ao Comendador Mariano Procópio que, vindo de Barbacena, foi praticamente aliado da política municipal. Até mesmo o local escolhido para construção de sua moradia, fora do perímetro urbano na época, é um demonstrativo das dificuldades em ingressar na elite local, fato aliás que não chegou a ocorrer.

Para uma melhor compreensão de como o bairro Alto dos Passos se tornou um dos primeiros núcleos de povoamento e desenvolvimento da cidade e, de que forma, tantas famílias ilustres construíram, lá, seus

palacetes, é imprescindível retomarmos a história da origem de Juiz de Fora.

Assim, o pequeno povoado nasceu com o Caminho Novo aberto por Garcia Rodrigues Paes e Domingos Rodrigues. Uma picada que ia da Borda do Campo até a Raiz da Serra.⁶

O Caminho Novo para as minas de ouro que foi aberto entre a porta da Matriz de Santo Antônio de Paraíba do Sul, isto é, a banda de cá da chamada Serra de Petrópolis, até a Borda do Campo (Barbacena), é a entrada das Minas. Nesta entrada surgiram vários povoados. O primeiro povoado que se tem notícia foi fundado no Morro da Boiada com a criação de uma capela com o nome de Santo Antônio. Essa foi a origem da atual cidade de Juiz de Fora. Esse povoado do Alto dos Passos ficava

⁶ ARQUIVO DORMEVILLY NÓBREGA. **Rua Halfeld**. (Coleção), n. 1, s/d. p. 25. Ver também FARIA, Sheila de Castro. Fortuna e família no Bananal no século XIX, In: CASTRO, H. **Resgate**. Uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. p. 68. A construção do Caminho Novo diminuiu em muito o trânsito de pessoas nos núcleos localizados nos limites paulista que passaram a constituir o Caminho Velho.

na região que compreende, hoje, o Alto dos Passos, Santa Cecília, alto da avenida Barão do Rio Branco, o Cruzeiro do Sul, antiga Bomba de Fogo. Essa primeira povoação se formou a partir da abertura, pelo velho Halfeld, da variante que vai do Caminho Novo. Essa ia do Retiro dos Caetés (Retiro) até a Tapera (região onde, hoje, se localiza o Cemitério Parque da Saudade). Além do povoado do Morro da Boiada, outros foram surgindo, a partir de posseiros, como por exemplo, aquele localizado na Tapera.⁷

Em relação à região como um todo, Garcia Paes obteve a concessão de quatro sesmarias de terra. A patrulha do Caminho era realizada pelo Alferes Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes) e o responsável pela guarda dos mantimentos era o tenente-coronel Manoel do Valle Amado. Outras concessões de sesmarias na

⁷ Depoimento concedido pelo Padre e Professor Mestre Afonso Henrique Hargreaves Botti, em 02/07/1998, à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira.

localidade foram para José Vidal Barbosa Lage, em 1781, possuidor de (...) *avultada fábrica de escravos sem ter terras em que os ocupe para o exercício da Agricultura (...)*, e para Domingos Vidal Lage, em 1784.

⁸

Mais tarde foram concedidas sesmarias para Antônio Dias Tostes, para o capitão Manuel do Valle Amado e para Nicolao Antônio Nogueira Valle de Mello e Gama. O grande possuidor de sesmarias foi sem dúvida o inconfidente José Ayres Gomes, alcançando mais de quarenta nas *Minas Geraes*, imensidão de terras que ia da Mantiqueira até o Paraibuna. Todas as sesmarias foram concedidas com o firme propósito de se cultivar mantimentos e servir de paragem para os viajantes.⁹ A exemplo do que ocorreu com a primeira fase de ocupação do Vale do Paraíba paulista e

Os dados são confirmados pelo depoimento do senhor Dormevilly Nóbrega, concedido em 01/07/1988, à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira.

⁸ ESTEVES, A. op. cit., p. 26 a 35.

⁹ Idem.

fluminense, o povoamento também foi disperso e se baseou em lavoura de subsistência.¹⁰

Um outro grande sesmeiro, talvez um dos primeiros, foi João de Oliveira, um funcionário do governo, residente no Rio de Janeiro. Essa sesmaria de terra ficava logo após a de José de Souza Fragozo, conhecida como Marmelo, de 1708. As terras de João de Oliveira ocupava a área do bairro Bom Pastor ao Mariano Procópio. *A Carta de Sesmaria de 15 de janeiro de 1710 atribuiu-lhe a medida de uma légua e meia, medida que foi reduzida a 3 de agosto de 1712, para uma légua em quadra. (...) Em seguida vinha a sesmaria do Alcaide.*¹¹ Em 1713 João de Oliveira

vendeu para Luiz Fortes Bustamante e Sá a sesmaria. Lá Bustamante fundou, na atual avenida 7 de Setembro, [nas proximidades da Boite Sayonara], a Fazenda Velha [1713-1728], que foi

¹⁰ FARIA, Sheila. op. cit., p. 68.

¹¹ LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1985. p. 25.

*desmanchada na década de 40. Bustamante ocupava o cargo jurídico de juiz de fora, maneira como ficou conhecido. Por ser uma pessoa naturalmente importante em torno de sua fazenda apareceram várias vendas. Em Minas não tem venda propriamente, mas lojas com quatro portas onde se vende de tudo: roupa, linha, dedal, cachaça, feijão, fubá, fumo, etc. As vendas funcionavam, também, como taberna. As pessoas desses vários povoados quando iam às compras naquelas vendas, em torno da fazenda de Bustamante e Sá, diziam: ‘nós vamos ao juiz de fora’. Foi esta tradição oral que se impôs ao nome original da Vila de Santo Antônio do Paraibuna do Morro da Boiada. Tanto que, quando foi elevada à Vila, em 1850, aparece no texto da lei: elevada a Vila de Santo Antônio do Paraibuna do Morro da Boiada do Juiz de Fora.*¹²

¹² Depoimento concedido pelo Padre e Professor Mestre Afonso Henrique Hargreaves Botti, em 02/07/1998, à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira. Conforme LESSA, Jair. op. cit., p. 26 e 27, em 1719 já vemos aparecer “Juiz de Fora” como indicação locativa, em documento oficial de 1 de agosto: uma determinação do Governador Conde de Assumar, recomendando que “todos

A localidade até 1850 pertenceu à cidade de Barbacena e, na primeira descrição de um viajante, citado por Albino Esteves, não parecia nada animadora.

*A uma légua e três quartos de Marmelo, encontra-se a pousada de Juiz de Fora, nome que, sem dúvida, provém do cargo que ocupava seu primeiro proprietário. Da venda de Juiz de Fora tem-se diante dos olhos encantadora paisagem. (...) Mais longe vê-se uma capela abandonada e as ruínas de um engenho de açúcar.*¹³

os moradores do Caminho Novo tivessem mantimentos prontos para as tropas de cavalos que vêm para estas minas, assim para os cavalos como para os soldados”. Referia-se às duas Companhias de Dragões que viriam de Portugal. E enfatizava os trechos principais: “... desde a Serra do Mar até José Severino..., desde José Severino até os Três irmãos..., dos três irmãos até o Juiz de Fora..., desde o Juiz de Fora até o Azevedo..., desde o Azevedo até a Borda do Campo (Barbacena). O mesmo pode ser visto no Itinerário-Geográfico do Cristão-Novo Francisco Tavares de Brito, obra rara impressa em 1732. Ver também ARQUIVO DORMEVILLY NÓBREGA. **Rua Halfeld**, loc. cit., p. 25. Referência à lenda de que Santo Antônio, com a construção de uma igreja nova, sempre fugia e voltava para a capela do Morro da Boiada. Ver também GOMES, Lindolfo. **Contos Populares**. Rio de Janeiro: Melhoramentos, s/d. p. 84.

¹³ ESTEVES, A. op. cit., p. 46.

Antes da emancipação da Vila, em 1836, o Governo da Província contratou o engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld para abertura de um caminho que fosse de Vila Rica a Paraibuna. Construído numa várzea, acabou atraindo os moradores já instalados nos locais mais afastados, conforme já exposto acima.¹⁴ Toda a área, da avenida Rui Barbosa ao bairro Bom Pastor, pertencente a Bustamante e Sá, foi vendida por seu genro o Desembargador e Juiz do Fisco Roberto Carr Ribeiro que, dez anos depois (1737), a vende ao espano-lusitano Antônio Vidal. Entre os anos de 1756 a 1764 Antônio Vidal conseguiu comprar as terras dos herdeiros do Alcaide-mor Tomé. Vinte anos depois, o

¹⁴ Conforme VALE, Vanda Arantes do, op. cit., p. 5, *as obras trouxeram, como consequência, o abandono do povoado no morro da Boiada, atual Bairro Santo Antônio, vindo os habitantes a se concentrarem na região do novo traçado da estrada, hoje Alto dos Passos. A nova aglomeração, Santo Antônio do Paraibuna, ex'pandiu-se rapidamente, gerando necessidades de urbanização e saneamento. Nos arredores do povoado, o café, vindo do Vale do Paraíba passou a ser cultivado como em outros pontos da Mata Mineira. A aglomeração cresceu em função da prestação de serviços à economia cafeeira. Elevada a vila em 1850, a povoação já era cidade em 1856, com vários distritos.*

governador da província assinou três cartas de Sesmarias para os filhos de Antônio Vidal: uma nos fundos da Fazenda do Juiz de Fora para José Vidal; outra nas proximidades para Domingos Vidal e a terceira no local onde construiu-se a Fazenda do Ribeirão das Rosas. Em 1798 Antônio Dias Tostes recebe uma sesmaria nesta localidade e em 1808 adquire do cunhado de Antônio Vidal, uma parte da fazenda de Marmelo. Em 1812 o herdeiro universal da família Vidal, vende as Fazendas do Juiz de Fora e de Marmelo a Antônio Dias Tostes.¹⁵ O filho homônimo casou-se com Rita de Cássia F. de Assis e mais tarde comprou a fazenda da Tapera (1879). Toda a área pertenceu aos seus treze herdeiros. É corrente na historiografia que muitos dos grandes proprietários doavam terras com o intuito de iniciar um povoamento, tornando-se um benfeitor local,

¹⁵ LESSA, Jair. op. cit., p. 27 a 31. Bustamante e Sá teria deixado a fazenda para seu genro em virtude de alguns atritos com o proprietário da sesmaria vizinha, José de Souza Fragozo (Marmelo). Para resolver os problemas o rei de Portugal, a pedido do governador da província, expulsou Bustamante de Minas.

cujo interesse era evidente: (...) o valor de suas terras aumentavam se nelas prosperava um povoado; os habitantes do povoado dependiam totalmente dele, de seu amparo, e engrossavam as fileiras de seus agregados; era ele a única autoridade e o único defensor local.¹⁶ Cobrindo grande extensão de terra, as propriedades desses grandes fazendeiros muitas vezes serviam de ‘cerca’ para o crescimento de algumas populações:

O Alto dos Passos era uma dessas populações. Terminava na fazenda do Barão de Aquino. Esta fazenda compreendia a área onde hoje é o alto da avenida Barão do Rio Branco (do bairro Bom Pastor para cima), até a Padaria Baguette (Rua Dante Brochado), onde era o campo de futebol do Seminário Santo Antônio, fazendo divisa com a Boa Vista. Fazia divisa, também, com a rua do Capim (Morais e Castro) até a rua Barão de São Marcelino, pegando todo o

¹⁶ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. p. 39.

*bairro Mundo Novo, cuja vertente ia até o bairro Santa Cecília.*¹⁷

O Barão de Aquino era um grande cafeicultor.¹⁸ Contudo, vendeu sua fazenda ao Dr. Laureano que a deixou de herança para um dos filhos. Foi o filho do Dr.

¹⁷ Depoimento concedido pelo Padre e Professor Mestre Afonso Henrique Hargreaves Botti, em 02/07/1998, à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira. ARQUIVO DO SEMINÁRIO SANTO ANTÔNIO. **Seminário Arquidiocesano “Santo Antônio” no cinquentenário de sua fundação - Ano Santo de 1975 - JF - MG - Brasil, 1976**. Conforme apresentação de Dom Geraldo Maria Morais Penido, o Seminário tem como seu fundador emérito o 1º Bispo de Juiz de Fora D. Justino José dos Santos. A construção se deu na antiga chácara de dona Mariana Botti. p. 9 a 11. Ver também, OLIVEIRA, F. Max de (Cônego). **Sinais da Igreja no Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Esdeva, 1978, Tomo II. p. 42. A pedra fundamental do Seminário ocorreu em 15/04/1928. Ver também MUSEU MARIANO PROCÓPIO. **Arquivo Nobiliarchico brasileiro**. Organizado pelo Barão de Vasconcellos e o Barão Smith de Vasconcellos. Lausanne (Suisse) - Imprimerie la Concorde - MLCCCXVIII. p. 49.

¹⁸ Sobre o Barão de Aquino: ARQUIVO DORMEVILLY NÓBREGA. MOYA, Salazar de. **Anuário Genealógico Brasileiro**. I ano. São Paulo: Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, 1939. p. 71. José de Aquino Pinheiro tornou-se Barão em 15/06/1881, nasceu em 07/03/1837, em Duas Barras, Cantagalo, Rio de Janeiro. Era filho do Barão de Paquequer e Visconde de Pinheiro. Foi casado com Rita Luiza Ribeiro, nascida em 16/01/1841, em Duas Barras, filha do Comendador Francisco Alves Ribeiro. Sobre o Barão de Paquequer e Visconde de Pinheiro ver o **Anuário Genealógico Brasileiro**. Número 3. São Paulo: Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, 1941. p. 262.

Laureano quem vendeu a fazenda aos irmãos Afonso e Pedro Botti.¹⁹

*O Pedro Botti veio da Itália no século XIX e foi ser cozinheiro de um médico em Torreões (grande centro produtor de café na região). O Afonso Botti veio mais tarde, junto com Pantaleone Arcuri e com Andrea Mattarazzo. Todos desceram no Porto de Santos. Como nenhum dos três tinha dinheiro, cada um exerceu seu ofício. Andrea, cujo irmão tornou-se Conde de Mattarazzo, ficou em São Paulo para encontrar a irmã. O Pantaleone e o Afonso vieram para Juiz de Fora. O primeiro veio para encontrar o cunhado Spinelli que já tinha uma fábrica de azuleijo. Se tornaram sócios e fundaram a companhia de construção Pantaleone Arcuri e Spinelli.*²⁰

¹⁹ Sobre a descendência de Pedro e Afonso Botti ver PROCÓPIO FILHO, J. **Salvo erro ou omissão.** p. 42, 152, 234, 269, 276, 314.

²⁰ Depoimento concedido pelo Padre e Professor Mestre Afonso Henrique Hargreaves Botti, em 02/07/1998, à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira.

Uma das filhas do primeiro casamento de Afonso Botti, com uma italiana, casou-se com Henrique Carrato:

*Carrato já estava na cidade. Foi dono de posto de gasolina e o primeiro representante da Volkswagen em Juiz de Fora, onde funciona uma fábrica de tecidos na rua Floriano Peixoto, entre a avenida Barão do Rio Branco e a Getúlio Vargas, na lateral do Supermercado Bretas. A parte de cima era o Hotel Acapulco. Ali é que tia Pina (Josefina, casada com Henrique Carrato) morava. A mãe do Carrato (dona Loreta) era irmã da Mariana (esposa de Pedro Botti).*²¹

Depois de viúvo, o segundo casamento foi com

a filha de um grande fazendeiro: Aleixo Magaldi. Ele casou-se porque precisava de alguém para cuidar das filhas. Era um homem de grande sorte. No mesmo ano de seu casamento faleceram o sogro

²¹ Idem.

*e sogra e a fazenda foi dividida. Então a parte que cabia à Lalá Magaldi (segunda esposa de Afonso Botti) ele vendeu para os cunhados. Com este dinheiro, mais a soma que Pedro Botti já havia acumulado, foi possível comprar a fazenda do filho do Dr. Laureano.*²²

Graças à Afonso Botti, as ruas do Alto dos Passos guardam os nomes daqueles homens mais ligados à região: Barão de Aquino, Dr. Laureano e Pedro Botti. A homenagem a D. Silvério foi em virtude das dispensas que este bispo concedeu para o casamento com Lalá Magaldi.²³ A primeira rua a ser aberta foi a Dom Silvério. A rua Dom Viçoso, em homenagem ao bispo que foi padrinho de Dom Silvério, dividia as duas partes da fazenda. Pedro Botti ficou com a fazenda desta rua

²² Idem.

²³ Idem. As dispensas foram necessário porque Afonso Botti assassinou a primeira esposa, chamada Oliana, achando que a mesma a traía. Tudo foi esclarecido pelo advogado de defesa Dr. Constantino Palleta que descobriu que o homem que Oliana recebia em sua casa era, na verdade, um irmão fugido da Itália a muitos anos, para quem ela dava dinheiro. Afonso Botti não conhecia o cunhado porque a família da esposa sempre quis escondê-lo.

até o alto da avenida Barão do Rio Branco (Boa Vista). E, Afonso Botti, por sua vez, tornou-se proprietário da parte que ia até a rua Barão de São Marcelino, incluindo o Mundo Novo. *O loteamento do Mundo Novo foi feito em virtude da Fábrica São Vicente. Os funcionários da fábrica vieram morar nas proximidades. Aliás dizem que, oficialmente, o bairro não existe. Lá ainda é denominado Alto dos Passos.*²⁴ A outra parte da fazenda, pertencente à viúva de Pedro Botti, foi vendida para Dom Justino (primeiro Bispo de Juiz de Fora) que loteou para arrecadar dinheiro para construção do prédio do Seminário Santo Antônio.²⁵

O loteamento aconteceu em virtude da queda do rendimento da fazenda que não permitia o sustento dos dois irmãos:

Pode ser que, antes da família Botti, alguém tenha contribuído para o progresso do bairro dos Passos. Mas,

²⁴ Idem.

²⁵ Ibidem.

para mim, foi Afonso Botti o seu verdadeiro criador. Afonso Botti fez nos Passos o que Ubaldo Tavares Bastos fez em São Mateus. Abriu ruas, construiu casas, muitas casas, e vendeu-as com grande facilidade de pagamento. Os dois eram sempre procurados para a brir listas de subscrições. Eram os que mais contribuía em todas elas. (...) Com o progresso do Passos surgiram novos bairros. José Mário Vilela criou a Cachoeirinha, que é hoje uma nova cidade, e para além dela surgiu Ipiranga, além de outros com passagem obrigatória pela “garganta” que José Mário abriu à sua custa na rua Dom Silvério. Depois surgiu, por iniciativa de Alonso de Oliveira e Altamiro de Oliveira, o bairro Bom Pastor. Este nome lhe foi dado por concurso em que Geralda Armond foi vencedora. Nome feliz, principalmente por estar em frente a ele o Asilo João Emílio, que a princípio foi assim chamado. ²⁶

²⁶Conforme OLIVEIRA, Paulino de. op.cit.

Nas proximidades do Alto dos Passos, no antigo Lamaçal, surgiu o bairro Bom Pastor.

De 1835 até 1861, quem viesse do Rio para Minas tinha que passar, obrigatoriamente por ali, a não ser que viesse pelo velho Caminho Novo, no Botanágua, então abandonado. Se a Estrada União e Indústria não se desviasse dali para o Poço Rico, o local talvez tivesse progredido. Os terrenos eram de propriedade do Barão de Bertioga, que foi o maior benfeitor da cidade. Herdou-os o dr. Benjamim Colucci [um dos primeiros proprietários de uma casa em processo de tombamento, conforme veremos adiante], que os alienou, finalmente, em 1948, à empresa criadora do aristocrático bairro do Bom Pastor. Além do Asilo, em frente, na rua Direita, só havia uma casa velha de um português muito conhecido (...) No Lamaçal mesmo havia uma casa velha, um campo de futebol e um brejo formado pelas águas que alimentam

*hoje o lago do Bom Pastor (...). Um pouco acima, rumo à ponte do Zampa pela estrada do Paraibuna, que Halfeld abriu, estava, a fazenda da Bomba de Fogo, do coronel Alfredo Rezende, pai do dr. João Batista de Rezende.*²⁷

Outras famílias vão aparecendo a partir do depoimento do Padre e Professor Afonso Henrique Hargreaves Botti, imortalizadas nos nomes dados às ruas que formam o bairro Alto dos Passos. Em suas referências sobre a história da cidade, encontram-se famílias de grande prestígio econômico, social e político na região. Esta parte da história de nossas raízes está intrinsecamente relacionada à formação de famílias extensas, de onde emergem os coronéis e o surpreendente número de barões que circulavam pelo município.

²⁷ Conforme OLIVEIRA, Paulino de. op.cit. Conforme, também, depoimento da Irmã Maria Helena Souza de Faria, concedido em 21/07/1998, à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira.

Para a autora americana Linda Lewin a noção de clã patriarcal não pode ser um sinônimo para a organização familiar da elite no Brasil. A noção mais apropriada seria a da família extensa uma vez que essa inclui uma ascendência e uma descendência bilateral, tanto materna quanto paterna. Os parentes colaterais são incluídos no grupo através de rituais, de casamento ou de compadrio.²⁸ Foi adotando tais parâmetros que a povoação de Santo Antônio do Paraibuna foi progredindo.

Nesse sentido, é importante colocarmos alguns exemplos ilustrativos, principalmente, porque referem-se às grandes famílias que se sobressaíram na história da origem da cidade. O engenheiro Henrique Halfeld, que traçou a rua Direita, acabou fixando-se na cidade ao casar-se, em segundas núpcias, com uma das filhas de Antônio Dias Tostes, Cândida Maria

²⁸ Ver LEWIN, Linda. **Politics and parentela in Paraíba**. Princeton, University Press, 1987. p.131.

Carlota.²⁹ Ligando-se a uma família original da localidade a casa de Halfeld tornou-se um ponto de encontro para a comunidade onde (...) *quase todas as noites se dirigiam em serenatas os moradores da banda da várzea...*³⁰

Com uma família numerosa, oito filhos no primeiro matrimônio, sete no segundo e um no terceiro, foi possível realizar uniões que colaboraram para manter

²⁹ O casamento nesse caso foi um fator essencial para aceitação do engenheiro Henrique Halfeld não apenas permitindo seu enraizamento na cidade como abriu-lhe as portas da política local. No caso de uma eleição para Câmara Municipal de Vereadores "*(...)somente os "homens bons" podiam dela participar; um forasteiro, um indivíduo que não se encontrasse integrado como parente ou agregado num sistema familiar (...); vivia à parte, desajustado e sem direito a coisa alguma*" (FARIA, Sheila. op. cit., p. 85), condição na qual foi colocado o Comendador Mariano poderia ser observado. Conforme GENOVEZ, Patrícia Falco. Câmara de Compadres: relações familiares na Câmara Municipal de Juiz de Fora (1853-1889). **Locus: Revista de História.** Juiz de Fora, Vol. 2, n. 2, p. 67. O acesso do Comendador Henrique Halfeld, por tabela, permitiu a eleição de vários de seus filhos à Câmara Municipal, não apenas do segundo como do primeiro matrimônio: Pedro Maria Halfeld, Antônio Amálio Halfeld e Bernardo Mariano Halfeld. Além dos filhos, a escolha dos genros e noras vieram complementar o acesso à política local e aumentar as posses da família com casamentos endogâmicos e alianças matrimoniais com sobrenomes de peso na localidade.

³⁰ ESTEVES, A. op. cit., p. 53. A transcrição encontra-se numa carta enviada por Halfeld ao seu filho, contando do batizado do filho, nascido em seu segundo matrimônio. Através desta missiva percebe-se que o batizado foi motivo para agregação de várias famílias.

resguardada uma parte do patrimônio e da herança dentro da própria família e ao mesmo tempo realizar uniões com a política local.³¹

*Casar bem a si próprio e as seus filhos constituía-se num dos pontos fundamentais do ciclo de vida familiar. Estabeleciam-se, com tais alianças, reciprocidades que alicerçavam o poder das famílias da região, em particular as mais ricas.*³²

Este poder perfazia uma amálgama fundindo Halfeld, Tostes e os Ribeiro de Resende. Nomes de famílias

³¹ GENOVEZ, Patrícia Falco. **As malhas do poder: uma análise da elite de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX.** op. cit., 2ª parte. Sendo assim, seu primeiro filho, Pedro Halfeld, casou-se com a sobrinha da segunda esposa. Bernardo Halfeld, segundo filho do segundo casamento, casou-se com uma sobrinha. Fernando e Dorothea, filhos do primeiro casamento, casaram-se com primos. Quatro casamentos em família e quatro com famílias que chegaram a ocupar a vereança. É evidente que os nomes de genros e noras estavam relacionados a famílias de prestígio na política. Mas, a escolha destas famílias ocorreu em virtude da influência que já exerciam. Assim sendo, Francisco Halfeld tornou-se cunhado do vereador Modesto Camillo Campos, morador no local onde hoje é o bairro Granbery; Josefina casou-se com Altivo Silvino de Lima Mello, também vereador; Antônio tornou-se genro do coronel José Capistrano Barbosa e Emília nora do coronel José Ribeiro de Resende; os dois coronéis também foram vereadores.

³² FARIA, Sheila. op. cit., p. 85.

influentes que frequentemente percorriam a Câmara Municipal.³³

Outra família que podemos destacar é a de José Ayres Gomes, participante ativo da Conjuração Mineira. Dos seus vários netos, quatro nos chamam a atenção. Uma de suas netas, Maria Carlota, se casou com Manoel Vidal. A irmã de Maria Carlota, Constança Duarte Lima deu origem aos descendentes das famílias Penido,

³³ GENOVEZ, Patrícia Falco. **As malhas do poder...**, op. cit., 2^a parte. Além de sogro de Emília Halfeld, o coronel José Ribeiro de Resende foi outro bom exemplo de como as relações familiares abriam as portas para a política e, conseqüentemente, para o poder. (NEEDEL, J. **Belle époque tropical**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p.147. "A família Ribeiro de Resende, com origem na nobreza portuguesa (...), enriqueceu como proprietária de grandes áreas urbanas e rurais nas províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro, tendo grande prestígio na Corte. O patriarca, Marques de Valença, conquistou as graças do imperador(...).") Sogro de uma sobrinha de Cândida e de Antônio Dias Tostes, Maria Carlota Mendes, o coronel se casou com uma Tostes, cujos primos, num total de dez, foram vereadores. Além dos primos da esposa, o coronel Rezende teve mais três primos na Câmara, um deles seu cunhado, um irmão e dois filhos vereadores. Seu segundo casamento abriu ainda mais o leque de ligações familiares e políticas. Camilla Ferreira era prima-irmã do Comendador Mariano; outros dois primos de Camilla também foram vereadores. ARQUIVO DORMEVILLY NÓBREGA. As referências genealógicas foram obtidas em: Jornal **Folha Mineira** (16/08/1956). BASTOS, Wilson de L. Um cidadão juizforano. Coronel José Ribeiro de Resende (Barão de Juiz de Fora). BASTOS, W. de L. **Engenheiro Henrique Halfeld: sua vida, sua obra, sua descendência**. Juiz de Fora: Esdeva, 1975.

Miranda Ribeiro, Lima Duarte e Andradas. Novamente podemos verificar a ocorrência de casamentos dentro do próprio círculo familiar.³⁴ A terceira irmã de Carlota casou-se com o doutor João Nogueira Penido, com quem teve onze filhos.³⁵ Nesta família, a incidência de casamentos endogâmicos foi menor, apenas uma das

³⁴ GENOVEZ, Patrícia Falco. **As malhas do poder...**, op. cit., 2^a parte.. A primeira filha de Constança se casou com o viúvo de sua tia Maria Carlota, Leandro Barboza. Sua segunda filha casou-se com Romualdo Cesar Monteiro de Miranda Ribeiro, vereador em Santo Antônio do Paraibuna, filho do Visconde de Uberaba. O filho de Romualdo casou-se com a tia materna, Ana Cândida de Lima. (Idem nota anterior). Romualdo depois de viúvo casou-se com a cunhada, Constança Duarte Miranda Ribeiro, irmã de Carlota. A família dos Monteiro de Miranda Ribeiro são primos dos Barros, dos Monteiro da Silva e dos Monteiro de Barros, cuja característica essencial foram os casamentos em sua grande maioria fechados dentro deste círculo. Na Câmara de Vereadores Romualdo C. M. de Miranda Ribeiro teve sete parentes: Germano Antônio Monteiro da Silva, Matheus Herculano Monteiro da Silva, casado com uma prima da família Barros, José Joaquim Monteiro da Silva, José Bernardino de Barros, Gabriel Horácio de Barros, Feliciano Pinto Monteiro e Joaquim Ildefonso Monteiro de Barros. (BROTTERO, Frederico de Barros. **A família Monteiro de Barros**. São Paulo: s/ed., 1956.)

³⁵ GENOVEZ, Patrícia Falco. **As malhas do poder...**, op. cit., 2^a parte. O casamento entre o Doutor Penido e Maria Cândida Duarte foi favorecido pelo seu relacionamento do tempo de escola. Doutor Penido estudou com José Rodrigues de Lima Duarte, Feliciano Duarte Filho e Romualdo C. M. de Miranda Ribeiro, os dois primeiros se tornaram mais tarde seus cunhados e o terceiro cunhado de Maria Cândida, irmã de sua esposa. Ver SILVA, José Bonifácio de A. **Os Penidos de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Cia. Dias Cardoso, 1945. p. 11. Sobre a importância dos laços de sociabilidade, favorecendo casamentos e abrindo portas na política ver MATTOSO, Kátia. op. cit., p. 280.

filhas, a mais nova, casou-se com o sobrinho. Os demais casamentos se deram com famílias influentes da região.³⁶ Mais adiante veremos alguns representantes dessas famílias ligados por laços de amizade ou parentesco a alguns dos imóveis em processo de tombamento. Outro neto de José Ayres Gomes, o Comendador Francisco de Paula Lima, casou-se a primeira vez com a sobrinha Maria Cândida, e a segunda com a irmã de Romualdo Cesar Monteiro de Miranda Ribeiro. O Comendador Paula Lima teve quatorze filhos de onde descendem os Paula Lima, os Miranda Lima e os Vidal Barboza Lage.³⁷

³⁶ Sobre titulares do Império ver RHEINGANTZ, C. G. **Titulares do Império**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores/Arquivo Nacional, 1960. Conforme GENOVEZ, Patrícia Falco. **As malhas do poder...**, op. cit., 2ª parte. Dois filhos do casal, Feliciano Duarte Penido e Antônio Duarte Penido casaram-se com famílias nobres. O primeiro com uma das filhas dos Barões de Vassouras, da família Cerqueira Leite, com dois representantes na Câmara de Vereadores, e o segundo, com uma das filhas dos Barões de Itaipé. Outros dois filhos tiveram como sogros dois vereadores, Francisco Ribeiro de Assis e Domingos Nery Ribeiro.

³⁷ GENOVEZ, Patrícia Falco. **As malhas do poder...**, op. cit., 2ª parte. Foram dois os casamentos dentro da própria família: o de Maria José que se casou com Lucas Antônio Monteiro de Castro, Barão de Congonhas do Campo, filho de

Um terceiro exemplo, quanto à formação de famílias extensas a partir de doação de sesmarias de terra, ao longo do Caminho Novo, foi o caso de Manoel do Valle Amado, que já se encontrava na localidade bem antes dos demais proprietários. Manuel do Valle Amado era português e casou-se, em segundas núpcias, com Maria Córdula de Abreu e Melo, quarta neta de Fernão Dias Paes. Participou da fundação de Barbacena e era coronel do Regimento Auxiliar do Rio das Mortes, tinha sob o seu comando toda a região, de São Mateus, local onde tinha sua fazenda na então Vila de Santo Antônio do Paraibuna, até próximo a São João Del Rei.

sua prima, Maria Carlota; e, Constança que se casou com Manoel Vidal Barbosa Lage, filho de sua prima Maria Perpétua. Um filho e um neto do Comendador casaram-se com famílias com título de nobreza. O filho Romualdo Cesar de Miranda Lima casou-se com uma das filhas dos Barões de Santa Justa, e o neto Miguel de Paula Lima com uma das filhas do Visconde de Ouro Preto. ESTEVES, A. op. cit., p. 35-36. Outra fonte de consulta foi o inventário do Comendador de Paula Lima, sob a forma tutelar, em razão dos filhos menores. Arquivo do Primeiro Ofício Cível, processo de inventário número 315 A 18.

³⁸ Um de seus filhos, seu homônimo, tornou-se presidente da Câmara na legislatura de 1857 a 1861. ³⁹ Um ramo familiar que reuniu os Valle Amado, os Cerqueira Leite e os Nogueira da Gama, sobrenome que veremos adiante numa das casas em processo de tombamento. Para uma melhor visualização dos dados expostos acima, podemos perceber através do ANEXO 01-A E 01-B (Gráfico 01 e da Tabela 01) as ligações entre todas essas

³⁸ CALMON, Pedro. **História de Minas e "Memórias" de Nogueira da Gama**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

³⁹ GENOVEZ, Patrícia Falco. **As malhas do poder...**, op. cit., 2ª parte. Quanto à influência política, além do filho, seu genro Barão de São Nepomuceno, também fez parte da Câmara Municipal. Seu genro chegou a presidência da província de Minas Gerais. Outros parentes também foram vereadores como José Maria Cerqueira Valle, José Calmon Nogueira da Gama e João Marciano de Cerqueira Leite. Dois de seus sobrinhos foram figuras proeminentes no Império, Nicolau Nogueira da Gama, Barão de Nogueira da Gama, foi mordomo da Casa Imperial (1868), o mais alto cargo da hierarquia do Paço e Braz Carneiro Nogueira da Costa e Gama conquistou o título de Conde de Baependi. O Visconde de Nogueira da Gama, quando ainda exercia o cargo de Camarista do Imperador, presidiu também o Cassino Fluminense, cujo acesso era considerado “(...)um título de sociabilidade.(...) Ali se formavam e se desfaziam amizades, se intrigavam políticas, se ensaivavam namoros e se assentavam casamentos.” A filha do Visconde, casou-se com o Conde de Penamacor. (LYRA, H. **História de D. Pedro II (1825-1891)**). Belo Horizonte: Itatiaia, 1977. p. 31.)

influentes famílias e a política local. Outras relações parentais aparecem na Câmara (ver ANEXO 02).

Dessa forma os dados confirmam a tendência historiográfica ao mostrar a importância que a parentela assumiu no âmbito do político. A importância dos ancestrais e da tradição que representaram foi um fator apreciado na escolha dos *homens bons* que estariam aptos a entrar nas câmaras municipais, servindo de parâmetro e de referência, apesar das mudanças efetuadas ao longo da primeira metade do século XIX com relação à autonomia do poder local. ⁴⁰ A família se tornou um requisito importante, embora não fosse o único, para se conseguir um agraciamento. Era uma posição também confirmada através dos cargos ocupados e dos serviços prestados na localidade, além

⁴⁰ MELLO, E. C. **O nome e o sangue. Uma fraude genealógica no Pernambuco Colonial**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. Nesse trabalho Evaldo Cabral mostra a importância da genealogia, da descendência, da parentela para a conquista de uma comenda da Ordem do cavaleiro de Nosso Senhor Jesus Cristo. Mostra o quanto a família era importante e a desonra que significava para toda a parentela ter negada a comenda.

da relevância que se deu aos parentes que já possuísem algum título ou patente. Uma herança do Estado português que necessitou em demasia do poder privado, permitindo influência das relações familiares para manter uns aos outros sob vigilância.⁴¹

Fazer parte da Câmara significava, portanto, o reconhecimento público de estar no grupo dos melhores. A identificação foi facilitada pela prática dos nomes repetidos. A linha feminina geralmente adotava o nome das avós maternas, dando aos filhos os nomes dos ascendentes paternos. Isso demonstra que tanto pela linhagem materna quanto pela paterna foi possível evidenciar o poder político ou econômico.⁴² Outra forma de demonstração de poder eram os palacetes construídos para abrigar a nobreza da cidade.

Através dos dados do ANEXO 02 podemos avaliar a luta pela vereança por parte de várias famílias.

⁴¹ MATTOSO, Kátia. op. cit., p. 229.

⁴² LEWIN, Linda. op. cit., p. 134 a 137.

Se levarmos em consideração as ligações existentes entre elas, fica mais do que evidente a forma como o poder político foi exercido na localidade, passando por inúmeros laços consanguíneos. Um poder que não ficou restrito somente à Câmara Municipal mas que se materializou institucionalmente, através do voto. Um espaço fechado à presença de estranhos como o Camendador Mariano Procópio, que embora tivesse parentesco na cidade com os Lage e os Halfeld, não manteve uma relação devidamente amistosa tendo em vista os problemas de herança. Um estranho nos círculos familiares e nas propostas de desenvolvimento para a localidade.

O fato é que, a possibilidade de relacionar a história da família com a história política nos permite perceber que a Câmara de Vereadores de Santo Antônio do Paraibuna foi na verdade uma **Câmara de Compadres** que formou grupos tradicionais atraindo para dentro de suas órbitas famílias influentes da

localidade. Foi assim que aconteceu entre os Tostes, compadres dos Halfeld, compadres do Coronel Rezende, compadre dos Teixeira de Carvalho. Ou, como ocorreu com o Comendador Paula Lima, compadre de Romualdo Miranda Ribeiro, do Doutor Penido que foi compadre do coronel Francisco Ribeiro de Assis, que foi compadre... e por aí vai. Todos dividindo um espaço comum que começou a partir do bairro Alto dos Passos. Uma primeira etapa urbana da cidade que, infelizmente, nada restou. Apenas, ficaram os palacetes de uma geração posterior àquela que foi a pioneira.

Contudo, as edificações que ainda resistem são indicativos da fortuna e do luxo dessas influentes famílias que se enfrentavam pelo poder político local, numa fase posterior, quando a urbanização já se fazia mais contundente. Mas, esses elementos não são suficientes para revelar com exatidão os traços ainda fluidos desta elite que foi se diferenciando ao longo do tempo. Muitos se perderam com a abolição,

empobrecendo e perdendo prestígio. É nesse sentido que os imóveis ainda remanescentes complementam, num breve olhar que carece de um maior aprofundamento, a evolução da elite juizforana. Com o fim da escravidão e do Império quem teria sobrevivido? Quais foram os novos elementos a adentrar a restrita elite juizforana? Sem os indícios que ainda permanecem, a sensação é que todos teriam desaparecido sem deixar rastros. Contudo, os palacetes da avenida Rio Branco nos mostram que não. Eles, os antigos senhores de terras e homens, juntamente com seus descendentes continuaram a habitar no lugar que os diferenciavam dos demais. Mantinham suas raízes. E, o que é mais significativo, mantinham a mesma lógica da geração anterior evidente através da memória de alguns contemporâneos: os compadres influentes continuavam a ser vizinhos e a casar seus filhos dentro do mesmo círculo ou favoreciam, através desta prática, a

oportunidade de ingresso de outros sobrenomes de peso na região.

Toda a história da origem da cidade e de suas famílias mais proeminentes ganham um relevo importante com as edificações que a complementam e dão continuidade. Além da **Avenida Barão do Rio Branco**⁴³ com os números **3029, 3217, 3263 e 3406** mais três ruas que lhe são transversais, serão incorporadas ao núcleo histórico e arquitetônico do Alto dos Passos. São elas: **rua Osvaldo Aranha**⁴⁴, números

⁴³ ESTEVES, A. op. cit., p. 159. A Avenida Rio Branco vai do largo do Riachuelo à chácara do finado Barão de Aquino, próximo ao Asilo de Mendigos (Lamaçal). A avenida Rio Branco, assim agora denominada por força da Resolução 672 de 18 de outubro de 1912, é a velha rua Direita e ainda a mais antiga estrada de rodagem; é a primeira em idade que possui em Juiz de Fora. É de 3.550, o número de metros em extensão. A Resolução 274 de 16 de agosto de 1894, assim dispôs: Art. 1º Fica decretada, por utilidade pública, a desapropriação dos terrenos da rua Direita entre o largo do Riachuelo e a Estrada de Ferro Central do Brasil. Art. 2º As despesas necessárias para a desapropriação correrão pela verba desapropriação.

⁴⁴ OLIVEIRA, Paulino. op. cit. *Como a fazenda deste nome já existia desde o século XVIII, está claro que dela se originou o nome da rua que então começava na Rua Direita e terminava no Passarela. Em 1936 deu-lhe a Câmara Municipal, no seu primeiro trecho, o nome de rua Itália, mudando-o pouco depois da deflagração da guerra mundial para Osvaldo Aranha. Daí parte dela desde então, terminando na Fundação João de Freitas, onde, subindo o morro, começa a estrada, que se tornou mais conhecida pelo nome*

148 e 160; rua Dr. Romualdo, número 132⁴⁵ e **rua Morais e Castro**⁴⁶, número **307/315, esquina com Pedro Botti**⁴⁷.

Começamos pelas ruas transversais, mais especificamente a rua **Osvaldo Aranha**, antiga rua São Mateus. As duas residências, de números **148 e 160**, foram construídas em estilo eclético e pertencem aos herdeiros de Olerina Leite Teixeira: Lucy Leite Teixeira, Zely Teixeira Mauler, Myrtis Teixeira Mazzaro, Walter Leite Teixeira e Fabiano Leite Teixeira. A herança das

de Salvaterra, ao invés de São Mateus, e que agora, depois de afastada, perdeu os dois, já que todos a ela se referem como estrada de ligação com a nova Rio-Belo Horizonte. Para o autor, seria uma das vias mais antigas da cidade, sendo anterior ao próprio caminho aberto por Halfeld. Ver também ESTEVES, A. op. cit., p. 166.

⁴⁵ ESTEVES, A. op. cit., p. 161. *Com 500 metros de extensão (a prolongar-se). Da rua Direita, atravessando a S. Mateus, em direção a Serra. É uma homenagem ao dr. Romualdo Cezar de Miranda Ribeiro.*

⁴⁶ Idem. p. 162. *Começa na rua de S. Mateus e termina em frente à chácara do finado Barão de Aquino. Extensão: 850 metros.*

⁴⁷ PROCÓPIO FILHO, J. op. cit., p. 276. *Pedro Botti Natural da Itália (1859-1919). Casado com Mariana Botti. Empresário. Loteou grande área no bairro dos Passos.* Ver também depoimento concedido pelo Padre e Professor Mestre Afonso Henrique Hargreaves Botti, em 02/07/1998, à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, citado acima.

casas descritas no registro de imóveis apresenta as seguintes características:

*Uma casa situada nesta cidade à rua **O. Aranha, número 148** (antiga S. Mateus, 160), com instalações, etc, e o respectivo terreno, medindo 9,70 ms mais ou menos de frente, por 28,00 ms, mais ou menos de fundos, confrontando por um lado com Manoel Ferreira Veloso, por outro com filhos de Cornello Goulart Bueno e pelos fundos com os irmãos Braga ou respectivos sucessores, por Cr\$ 500.000,00.*

*Uma casa situada nesta cidade à rua **O. Aranha, número 160** (antiga S. Mateus), com instalações, etc, e o respectivo terreno, que mede 13,00 ms de frente por 30,00 ms de fundos, confrontando por um lado com Antônio Ferreira de Almeida, por outro com o transmitente e pelos fundos com Cândido Gonçalves Filgueiras, por Cr\$ 500.000,00.⁴⁸*

⁴⁸Cartório Onofre Mendes - Registro de Imóveis, número 21.686, folha 263 do livro 3-X, 1967. Além dos imóveis acima relacionados, ficou como herança um prédio situado à rua Halfeld número, 526, perfazendo um total de Cr\$

A edificação situada no **número 148**, teve como primeiro proprietário Rúbens da Nóbrega Teixeira e o pedido de licença para construção foi feito em 1927, com planta assinada pelo construtor José Abramo.⁴⁹ A casa pertenceu ao senhor Rúbens até o momento da partilha dos bens por ele deixado.⁵⁰ Não se percebe, neste caso, uma ligação com antigos troncos familiares,

4.000.000,00. Este registro foi expedido em 17/08/1966, cuja adquirente foi Lucy Leite Teixeira de acordo com partilha do espólio de Rúbens de Nóbrega Teixeira. De acordo com a partilha realizada, a senhora Lucy L. Teixeira ficou com 3/10 da casa número 160 e com 1/10 da casa de número 148. Em 1992 nova partilha foi realizada, desta vez abrangendo apenas a casa de número 148. Proprietários: Olerina Leite Teixeira (espólio de); Zely Teixeira Mauler, do lar com Rúbens José Mauler, aposentado; Lucy Leite Teixeira, solteira, aposentada; Walter Leite Teixeira, aposentado, casado com Antônia N. de Almeida Teixeira, do lar, residentes em BH - MG; Fabiano Leite Teixeira, comerciante, casado com Oneide Furtado Teixeira, aposentado, residente em Santos (SP); Myrtis Teixeira Mazzaro, aposentada, casada com João Mazzaro, aposentado, residentes em Brasília (DF), os demais residentes nesta cidade. Conforme registro de imóveis, número 29.314, em 06/08/1992.

⁴⁹ PROCÓPIO FILHO, J. op.cit, p. 178. *Natural de Dorragea (1900) - Itália - Filho de Antônio Abramo. Casado com Ana Abramo. Comerciante e construtor de obras civis. Chefe da firma Construtora José Abramo.*

⁵⁰ DICOM (Departamento de Comunicação. Prefeitura de Juiz de Fora), processo número 7915/47. Conforme este processo foi pedida licença para realização de reparos, em 1947; construído um barracão nos fundos, em 1950; e pintura interna e externa, em 1962. Todos os pedidos realizados em nome de Rúbens da Nóbrega Teixeira.

tendo em vista que, no final do século passado, encontrava-se localizada entre dois núcleos de povoamento: o centro da cidade e aquele situado no Alto dos Passos. Ali, bem próximo, tinha o armazém do Sr. Manoel Ferreira que abastecia a redondeza (edificação já tombada).

O prédio da **rua Morais e Castro, número 307/315, esquina com Pedro Botti**, pertenceu originalmente a Maximiliano Moura. O pedido de construção data de 1932, com planta assinada por Pedro Scapim. Já em 1942 o prédio passa a Armelin Antônio da Conceição. Em 1959, o espólio de Armelin A. da Conceição passa para Franklin Antônio da Conceição.

⁵¹

A residência situada à **rua dr. Romualdo, número 132**, pertencia, em 1945 a Joel C. Lopes. Posteriormente, em 1947, o construtor Pedro Scapim

⁵¹ PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Departamento de Comunicação (DICOM), processo número 1653/49.

assina planta de reparos no momento em que o imóvel passa à senhora Creciana Rodrigues Picorelli, viúva de Roque Picorelli (1886-1945). *Natural de Piau. Comerciante de gasolina e acessórios. Transportador interestadual de cargas, em 1950 (Transporte Picorelli). É titular de rua.*⁵² Vinte anos depois os herdeiros da senhora Creciana venderam o imóvel a Odorico Cugula, motorista, e sua esposa Antônia Bonioli Cugula. Em 1996, o usufruto do imóvel passou aos sete herdeiros do casal.⁵³

As edificações das ruas **Morais e Castro e Dr. Romualdo** não apresentam ligações com as famílias tradicionais do século XIX. Pelas datas de construção dos imóveis, percebe-se que estas ruas podem ser o

⁵² PROCÓPIO FILHO, J. op. cit., p. 292.

⁵³ DAF - Processo 4252/46. Cartório Onofre Mendes. Registro de Imóvel número 22.479, L 88, folha 182 v, em 04/12/1967. Escritura de 31/10/1996 em nota do 4º Tab. local, L 172 - N, folha 142. Conforme registro a casa situada no bairro de São Mateus, apresenta *instalações, depedências e o respectivo terreno que mede 12 m de frente por 25 de fundos, confrontando por um lado com Manoel Nunes Lima, por outro lado coma viúva do Dr. João Nunes de Lima e pelos fundos sua mulher Antônia Bonioli Cúgula.*

espaço encontrado para a habitação da elite que surgia, com a transformação econômica que passou a cidade, nas primeiras décadas deste século. Muito provavelmente, esta nova elite não poderia se estabelecer na majestosa e cobiçada rua Direita já tomada pelos palacetes do café.⁵⁴ Além disso, a procura pelo Alto dos Passos pode ter outras explicações:

*Acreditava-se que em lugares mais altos o ar era mais limpo, portanto prevenindo a incidência de doenças. Essa escolha também pode ter associação com o fato de que a burguesia daquela época, encontrava-se localizada da Rua Halfeld em direção ao Alto dos Passos, enquanto que o proletariado situava-se ao lado oposto, em direção à atual “Garganta do Dilermano”.*⁵⁵

⁵⁴ Ver JARDIM, Raquel. **Os anos 40**. 2. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1979. Sobre os palacetes da avenida Rio Branco, p. 20. MENDES, Murilo. **A idade do serrote**. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968. p. 30, 47, 74, 77, 118 e 150.

⁵⁵ LARA, Helena Maria de Sousa. **A construção que abriga o Centro de Estudos Murilo Mendes**. Monografia produzida para a disciplina de História das Artes e Estética II. Curso de Educação Artística/UFJF, 1996/97.

Arthur Azevedo relata, em 1889, numa carta enviada a um amigo, suas impressões sobre a rua Direita:

*rua Direita, que principia neste Largo (Largo Municipal, no coração da cidade) e só termina lá no Alto dos Passos, é a mais importante da cidade; é tão larga como os boulevards de Paris, e mais extensa que qualquer deles. Tem importantes edificações, está bem arborizada, de ambos os lados, e perfeitamente nivelada prestando assim, contra o costume que há no Brasil de se chamar direita à rua mais torta. Falta-lhe calçamento. Dei-o, e ela será uma formosa avenida. Juiz de Fora só tem, por bem dizer, quatro ruas, e eu já as vi todas: esta, a rua Halfeld, a da Imperatriz e a do Espírito Santo. Mas é inegável que a rua Direita vale por muitas. Nesta rua estão estabelecidas as duas folhas diárias O Pharol e Diário de Minas.*⁵⁶

⁵⁶ ARQUIVO DORMEVILLY NÓBREGA. Arthur Azevedo - Carta a um amigo: “Três dias em Juiz de Fora, 27/03/1889”. Publicada no Jornal *Novidade*

Mais do que uma visão sobre o centro urbano da cidade o autor da carta fala sobre a sociedade do local. O Teatro Juiz de Fora, depois com o nome de Teatro Novelli, situado na rua Espírito Santo, exibiu na ocasião da visita de Arthur Azevedo a peça “O naufrágio do Vapor Porto”, de Guilherme da Silveira, reunindo, além das estrelas da arte de representar, o brilho dos notáveis locais. Em sua carta ele diz:

*a sala está cheia e a sociedade é a melhor do lugar. As senhoras vestem-se com elegância, e os rapazes nada ficam a dever aos nossos leões fluminenses. Há seis ou oito camarotes ocupados por Barões: em terra nenhuma haverá tantos Barões como em Juiz de Fora.*⁵⁷

nos dias 06-09-12/04 e no jornal *O Pharol*, de 03/04 do mesmo ano. Arthur Azevedo ficou hospedado no Hotel Rio de Janeiro, na rua Halfeld.

⁵⁷ Idem. Conforme depoimento do senhor Dormevilly Nóbrega, concedido em 01/07/1998, à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, o Teatro Juiz de Fora, depois denominado Teatro Novelli, ficava nas proximidades do atual Pró-Música, na Rua Espírito Santo. Sobre o Teatro ver NÓBREGA, Dormevilly. **Revendo o Passado. (memória juiz-forana)**. 1ª Série. Juiz de Fora: Edições Caminho Novo, 1997. p. 91.

A comparação aos boulevards de Paris feita por Arthur de Azevedo e o luxo evidente da sociedade juizforana, estão marcados nas próprias atividades que se encontram na principal rua da cidade. Nela estão templos e congregações como a Associação das Damas de Caridade (Rev. Padre João Batista de Souza Roussin); o Asilo João Emílio (próximo ao Lamaçal - Alto dos Passos)⁵⁸; a Associação Protetora da Pobreza,

⁵⁸ Conforme depoimento da Irmã Maria Helena Souza de Faria, concedido em 21/07/1988, à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, o Padre João Emílio fundou uma casa por volta de 1889, para abrigo de idosos. *Na noite de inauguração os idosos fugiram. O Pe. João Emílio então chamou as irmãs de Santa Catarina para cuidarem e darem uma finalidade à obra. Estas fundaram o Asilo João Emílio, que acolhia meninas carentes. Em 15/08/1902 a obra ficou a cargo das Freiras da Congregação do Bom Pastor. Os Padres da Academia celebravam as missas. Vinham de bonde até a Santa Casa, depois, tiravam os sapatos e caminhavam na lama (Lamaçal). Quando chegavam ao Asilo já os esperavam uma freira com bacia de água morna para lavarem os pés, antes das celebrações.* Conforme ARQUIVO SOCIEDADE BENEFICENTE DE JUIZ DE FORA. Almanach de Juiz de Fora - 1898. Organizado por Heitor Guimarães, Anno III, Juiz de Fora: Typographia Mattoso, 1898. O Asilo ficava a cargo da Associação Protetora da Pobreza. Conselho diretor: dr. Luiz Augênio Horta Barboza, presidente; dr. José Mariano Pinto Monteiro; tesoureiro, Henrique Corrêa e Castro, procurador. Conselho de senhoras: d. Rosa Augusta Monteiro de Castro; professoras: d. Julia de Azeredo Coutinho, Cecília Bessa e Alexandrina de Santa Cecília. Diretora, d. Rita Judice. Porteira: d. Laudelina Augusta da Silva.

envolvendo famílias abastadas e poderosas politicamente: Horta Barbosa, Pinto Monteiro, Correia e Castro e Monteiro de Castro, algumas relacionadas à imóveis em processo de tombamento. Há, também, sociedades recreativas, como: o Club Cynegético dirigido por Theodorico Assis, Constantino Paletta, Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, João Nogueira Penido e Hermenegildo Villaça, representantes de outras famílias de influência no município (alguns também relacionados a imóveis em processo de tombamento). Todas as lojas maçônicas encontram-se localizadas na rua Direita: Grande Oriente de Minas Gerais, Benemerita Loja Capitular Fidelidade Mineira, Loja Onze de Julho, Loja Tiradentes, Loja União e Firmeza, Grande Oriente do Brasil, Loja Caridade e Firmeza, Loja Fidelidade Mineira, Loja Fraternidade Brasileira. O número de profissionais liberais é bastante elevado em relação às demais ruas: são 15 advogados, 5 engenheiros, 10 médicos, 7 farmacêuticos, 9

professores, além de alguns professores de música, dentistas, artistas e construtores.⁵⁹

Através das atividades acima relacionadas, podemos perceber a lógica da ocupação voltada para as mesmas famílias que já se faziam presentes na política local: Lage Barbosa, Ribeiro de Andrade, Assis Tostes, Penido, Monteiro, Gama Cerqueira, Halfeld, entre outras. Mais um indício de que a localização, tanto para as moradias, quanto para o estabelecimento dos negócios, está intrinsecamente ligada às famílias que possuíam poder político e econômico no município e, para além deste fato, a rua Direita era o lugar simbólico do poder, do empreendimento, da ousadia e do luxo. Era, e ainda é, símbolo puro de *status*. Morar lá significava receber todas estas atribuições; significava ser poderoso, bem nascido, empreendedor e ousado.

⁵⁹ ARQUIVO SOCIEDADE BENEFICENTE DE JUIZ DE FORA. Almanach de Juiz de Fora - 1898.

Era ao longo desta rua e depois avenida que a elite empreendedora se esforçava por fazer a cidade progredir e crescer, a começar pelo próprio Tostes, Halfeld, Barão de Bertioga seguidos pelos irmãos Botti, o coronel Ubaldo Tavares Bastos, Colucci, Villela de Andrade e outros que lotearam e construíram na parte alta da atual Avenida Barão do Rio Branco. Local onde se estabeleceu a Santa Casa de Misericórdia.

*Irmandade instalada em Juiz de Fora no dia 06/09/1854, por iniciativa do Barão de Bertioga, José Antônio da Silva Pinto, regida pelo compromisso aprovado em 15/03/1855 e confirmado pelo resolução provincial de 03/04, e reorganizada pela Mesa Administrativa em maio de 1897, também conhecida como Irmandade dos Passos e da Santa Casa de Misericórdia.*⁶⁰

⁶⁰ TRAVASSOS, Míriam. **Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora:** uma reportagem para a História. Juiz de Fora: Esdeva, 1973. p. 21. Sobre o Barão de Bertioga: *de seu casamento com dona Maria José Miquelina da Silva, não deixou descendência. De sua ligação, porém, com Ana Florisbela Cândida de Oliveira, então solteira, natural de Olhos d'Água, município de Brumado, hoje*

Em frente à Irmandade, o Barão construiu o primeiro teatro da cidade. O Teatro da Misericórdia, erguido em 1860, *tinha por finalidade auxiliar, pela renda que obtivesse, a manutenção da Santa Casa (...).*⁶¹

Da família Villela de Andrade, podemos destacar a construção feita pelo Dr. Ulisses Guimarães Mascarenhas para sua esposa dona Maria de Lourdes Villela de Andrade Mascarenhas, na **avenida Barão do Rio Branco, número 3029**. Dr. Ulisses

apaixonou-se por ela (era linda, tinha muita presença) vendo-a na janela da casa dos pais (onde hoje é o Centro Murilo Mendes); subia de bonde, à tarde, só para vê-la; após três ou quatro meses, procurou os irmãos de

Entre Rios, teve dois filhos: José Fortunato Resende, que se casou e residiu em Guará, e Rita Ubaldina de Resende, que foi casada com Joaquim Antônio de Oliveira e com ele teve sete filhos. p. 39 e 40.

⁶¹ Idem. p. 38. Conforme depoimento do senhor Dormevilly Nóbrega, concedido em 01/07/1998, à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, o Barão de Bertioga também iniciou a construção de várias casas no Alto dos Passos a partir da abertura da variante do Caminho Novo, aberta pelo engenheiro Halfeld.

dona Lourdes e disse que queria se casar com ela, o que viria a contecer meses depois; havia feito uma promessa: “Se eu me casar com esta menina, mando dourar a estátua do Cristo que fica no Morro do Imperador!!” Cumpriu a promessa, após o casamento, em 1922. E, mandou iluminar em volta da imagem.
62

Contudo, Dr. Ulisses fez questão de dar muito mais à sua amada esposa, dona Lourdes: mandou construir um verdadeiro castelo, em estilo normando, para ela, que ele próprio idealizou:

A casa é de 1925 e tinha piscina térmica. Era a mais bonita da cidade. Por isto a Prefeitura da época dispensou o pagamento do IPTU por dez anos. Era uma atração turística. O terreno ia até o alto do morro, onde haviam jaboticabeiras. O jardim, em frente, foi construído em aclave. Nos

⁶² Conforme depoimento da senhora Maria de Lourdes Mascarenhas, concedido em 08/07/1988, à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira. Neta de dona Lourdes e Ulisses Mascarenhas, psicóloga.

*fundos, por volta de 1935, foi construída a gruta de Nossa Senhora de Lourdes.*⁶³

A religiosidade de dona Lourdes Mascarenhas a tornou uma das fundadoras do Colégio dos Jesuítas. Ela fez os primeiros contatos com os jesuítas do Santo Ignácio, no Rio de Janeiro, arrecadou fundos com chás beneficentes e comprou o terreno. Na solenidade da assinatura da escritura estavam presentes, além do casal Mascarenhas,

o Coronel Álvaro Martins Villela, Sra. Maria Cândida Penido Bournier, Sr. Menelick de Carvalho e senhora, Sra. Maria José Junqueira Villela de Andrade, Padre Vicente de Paula Rodrigues, Padre Antônio Pacheco

⁶³ Idem. A cobertura da gruta foi colocada por sugestão do padre que esteve presente no momento da inauguração, ocasião em que chovia muito. Posteriormente, foi construída uma capela para abrigar a gruta, por sugestão de dom Benedetto Aloisi Marsella, Nuncio Apostólico. O fato foi publicado no **Diário Mercantil** - Turismo, 31/01 e 01/02 de 1971 (exemplar de propriedade particular da família Mascarenhas). A gruta foi construída no local onde ficavam a cocheira e o galinheiro. Outro depoimento que confirma os dados foi concedido pelo Dr. Roberto Villela Nunes (sobrinho de dona Lourdes Mascarenhas), em 06/07/1998, à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira

*Ribeiro, Capitão Dimas Santos da Fonseca, Coronel Albino Machado, Sr. Roberto Repetto e senhora, Coronel Aprigio Ribeiro de Oliveira, Sr. José Batista de Oliveira, Coronel Raphael Benjamin da Fonseca, Padre José Eugênio Corrêa, Sr. Moacir Alves de Medeiros, Celso Rodrigues, Sylvestre Soares da Silveira, Henrique Hargreaves, Padre Ary de Almeida Paschoal representando os padres redentoristas, Dr. Edgar Quinet, Bernardo Mascarenhas e senhora, Padre Gustavo Freire e outras pessoas gratas. (...) Terminado o ato, a comissão dirigiu-se à residência do Dr. João Nogueira Penido Filho (...) afim de o acompanharem na assinatura da escritura. Assinaram o Dr. João Penido Filho e senhora, presidentes da comissão: Dr. João Villaça e senhora, Sr. Joaquim Ribeiro de Oliveira e senhora, e Sr. Theodorico de Assis e senhora.*⁶⁴

⁶⁴ **Diário Mercantil**, 14/11/1944. (exemplar de propriedade particular da família Mascarenhas)

Apesar da cerimônia não ter ligação direta com a Avenida Barão do Rio Branco, todos os nomes acima relacionados são outros indícios que reforçam nossa hipótese sobre a lógica de ocupação da elite e seus laços de parentesco e amizade, dando sequência e ampliando em alguns casos, os ramos já estabelecidos durante o século XIX. Muitos dos que estavam presente nesta ocasião, estiveram ou estavam relacionados à política, tinham grande prestígio econômico, vários eram investidores imobiliários e alguns possuíam laços de parentesco (ver ANEXO 03), inclusive se estendendo a outros imóveis em processo de tombamento como os **números 3263 e 3217 da Avenida Barão do Rio Branco**, que veremos a seguir.

Em 1946, dona Lourdes foi a primeira brasileira agraciada com a Gran Cruz da Ordem Pró-Ecclesia et Pró-Pontífice. Dr. Ulisses que, na mesma ocasião, recebeu a Comenda de Cavaleiro da ordem de São Silvestre da Santa Sé, era filho de Bernardo

Mascarenhas, fez seus primeiros estudos na França e formou-se engenheiro na Suíça, dirigiu por 48 anos a Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas que herdou do pai. Logo depois do casamento, fundou e dirigiu a Fábrica São Bernardo, também têxtil.⁶⁵ Em 1974, Dr. Ulisses faleceu.

Nos dois imóveis supra citados (**números 3263 e 3217**) encontramos representantes das famílias Colucci e Ribeiro de Oliveira. O **número 3263**, foi espólio do Dr. Benjamin Colucci e de dona Maria de Lourdes Horta Colucci.

Neste imóvel os espólios (...) possuem 670/1000 que na divisão correspondem aos lotes 1 com a casa 3263, lotes 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, lote 17 com a casa 3231, e lotes 19 e 46, e no valor de Cr\$ 16.080.000,00.

⁶⁵ Idem. A fábrica ficava nas proximidades de onde hoje fica a RS Móveis, no atual bairro Vila Ideal, cujas terras pertenceram ao Bernardo Mascarenhas. Na área havia um morro que lotearam, fizeram casas que foram doadas a alguns empregados da própria fábrica. Sobre uma biografia de Dr. Ulisses G. Mascarenhas ver **Diário Mercantil**, 13/08/1974. (exemplar de propriedade particular da família).

*Ao Dr. José Resende Ribeiro de Oliveira e s/m Maria da Conceição Ribeiro de Oliveira, Maria Madalena Ribeiro de Oliveira e Stella Maria Ribeiro de Oliveira Kamps e s/m possuem em comum 330/1000 do imóvel descrito, que correspondem na divisão à casa 3217 com terreno, lote 18, e os lotes 1, 12, 13, 14, 15 e 16 e no valor de Cr\$ 7.290.000,00.*⁶⁶

O Dr. Benjamim Colucci, proprietário de várias casas na Avenida Barão do Rio Branco (números 3217, 3231, 3237 e 3247) e de um terreno próximo às casas medindo 17.696m², residia na casa de **número 3263**, conforme o requerimento de isenção de imposto predial, expedido em 01/08/1957.⁶⁷

Natural de Juiz de Fora. Filho de Afonso Colucci e Adélia Colucci. Casado com Maria de Lourdes

⁶⁶ PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Departamento de Comunicação (DICOM), processo número 3082/1952. Segundo Ofício de Notas - Cartório Norberto Medeiros. Livro 400, folha 207. Escritura de divisão que fazem os Espólios de Benjamin Colucci e outros.

⁶⁷ Idem.

*[Nogueira da Gama] Horta Colucci. Advogado. Professor no Granbery. Um dos fundadores da Faculdade de Direito de Juiz de Fora e seu professor de Direito Romano, do qual tem um tratado. É titular de rua. Paredro do Sport Club de Juiz de Fora e seu Conselheiro e fundador. O Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora tem o seu nome. É patrono do Foro desta cidade - "Foro Benjamim Colucci".*⁶⁸

Seu filho, Luiz Antônio Horta Colucci (1927), inventariante dos bens por ele deixados, é

natural de Juiz de Fora. Casado com Maria dos Anjos Carvalho Colucci. Advogado. Chefe da Procuradoria do INPS em Juiz de Fora. Presidente da Associação de Cultura Franco Brasileira. Presidente do Conselho Deliberativo do Clube de Tênis Dom

⁶⁸ PROCÓPIO FILHO, J. op. cit., p. 66. Seu pai, Afonso Colucci (1852-1920), natural da Itália. Casado com Adélia Colucci. Joalheiro. Proprietário da Joalheria Colucci. Um dos fundadores da Societá Italiana Umberto Primo. p. 20.

*Pedro II, em 1977. Loteador de ruas. Investidor imobiliário e acionário.*⁶⁹

Antes de abrigar a família Colucci, a casa serviu de residência para dona Rosa Augusta Nogueira da Gama Monteiro de Castro,

*viúva duas vezes, sendo que o segundo marido foi José Cesário Monteiro de Castro. Por morte de dona Rosa, passou o prédio para sua sobrinha que com ela morava. Dona Maria de Lourdes Nogueira da Gama Villas Boas Horta, que se casou (...) com o Dr. Benjamim Colucci. (...) Dona Rosa era irmã de D. Luizinha (Maria Luiza) viúva de Elias Monteiro de Castro, antigo proprietário da fazenda do Lamaçal que hoje é o bairro Bom Pastor.*⁷⁰

⁶⁹ Idem. p. 220.

⁷⁰ Conforme depoimento do Dr. Wilson de Lima Bastos in: PASSAGLIA, Luiz Alberto do Prado. **Pré-Inventário - IPPLAN - DIPAC**, Volume III. Sobre o Dr. Benjamim Colucci ver NÓBREGA, Dormevilly. op. cit., p. 109.

Quanto à residência número **3217**, foi seu proprietário o Dr. José Resende Ribeiro de Oliveira, primo de Luiz Gonzaga Ribeiro de Oliveira, casado com dona Maria Madalena Ribeiro de Oliveira, *cirurgião-dentista, industrial e diretor da Cia. de Fiação e Tecelagem São Vicente; agricultor da fazenda Vargem, em Simão Pereira - MG; do Egrégio Conselho da Santa Casa de Misericórdia, em 1977.*⁷¹ O casal acima citado adquiriu a casa do Espólio de Achim Ribeiro de Oliveira, pai de dona Maria Madalena. O imóvel, conforme já foi exposto, pertencia ao inventário do Dr. Benjamim Colucci.

um prédio situado nesta cidade, à Avenida Rio Branco, número 3217, compreendendo casa de morada, coberta de telhas, assoalhada, forrada, com instalações elétricas e sanitárias, dependências e o respectivo terreno, que mede ao todo

⁷¹ PROCÓPIO FILHO, J. op. cit., p. 203. Ver do mesmo autor **Aspectos da vida rural de Juiz de Fora**. p. 116.

*24,00 ms de frente; 32,00 ms de largura nos fundos; 320,00 ms mais ou menos, de extensão de um lado e 325,00 ms, mais ou menos, do outro, até o segundo valo, dividindo por um lado com o Dr. Benjamim Colucci, por outro, com a Baronesa de Santa Helena, ou sucessores e pelos fundos com sucessores de José Cesário de Miranda Ribeiro.*⁷²

O Dr. Luiz Gonzaga Ribeiro de Oliveira (1909-1977) era *engenheiro urbanista e construtor. Professor na Universidade Federal de Juiz de Fora e no Instituto São Tomás de Aquino.*⁷³ Era irmão de Joaquim Ribeiro de Oliveira, filho de Aprígio Ribeiro de Oliveira e neto de João Ribeiro de Oliveira. Os senhores Joaquim e Aprígio encontravam-se presente na ocasião da assinatura da escritura do Jesuítas (ANEXO 03).

⁷² DICOM - Processo número 0475/71 e 911/52. Cartório Onofre Mendes - Registro de Imóveis número 15.843, livro número 3-S, folha 84.

⁷³ PROCÓPIO FILHO, J. **Salvo erro ou omissão**. p. 225.

A área do imóvel de **número 3406/3408**, onde hoje encontra-se o Hospital São Lucas, antigo COTREL, já pertenceu a Francisco Azarias Villela (1871-1949).

*Natural de São Vicente de Minas Gerais. Filho de Francisco Azarias de Andrade Villela e Maria José Azevedo Villela. Casado com Julieta Martins Villela. Industrial. Fábrica de Papel Santa Cruz. Fazendeiro da Serra, em Santana do Deserto - MG. Vereador em 1926. Titular de via pública. Investidor imobiliário, financeiro e acionário.*⁷⁴

Em 1967, os herdeiros do Sr. Francisco Azarias Villela vendeu o imóvel ao COTREL S. A. Hospital de Acidentados.

Um prédio residencial, compreendendo casa de morada, com suas instalações e dependências e benfeitorias e terreno respectivo que mede 24,00ms de frente por 123,00ms

⁷⁴ Idem. p. 117. Ver também, do mesmo autor, **Aspectos da vida rural de Juiz de Fora**. p. 129.

*de fundos, todo murado e cercado, dividindo por um lado com Elias Villela de Andrade por outro com o Dr. Pedro Dutra e irmão, e pelos fundos com Abel Brasil Siqueira.*⁷⁵

Entre os herdeiros e proprietários podemos citar: Durval Martins Villela, engenheiro, e sua mulher Dulce de Souza Villela, doméstica; Azarias Martins Villela, industrial, e sua mulher Maria de Lourdes Leão Villela, doméstica; Gabriel Martins Villela, industrial, e sua mulher, Maria Odilia Nunes Villela, do lar; Edno Villela Ribeiro de Sá e sua mulher Irene Hortense Aimée Izard Ribeiro de Sá, médicos; José Augusto Villela Pedras, médico, e sua mulher Ednéa de Sá Villela Pedras, doméstica, residentes no Rio de Janeiro; Rúbens Martins Villela, médico, e sua mulher Lucy Meirelles Villela, doméstica; Lincoln Villela Meirelles, agricultor, e sua mulher Clarice Villela Meirelles, doméstica, estes

residentes em São Paulo; José Nanto Martins Villela, solteiro, industrial; Dirceu Martins Villela, agricultor, e sua mulher, Cecília Souza Lima Villela, doméstica, residentes nesta cidade; Ruth Martins Villela Vieira, viúva, doméstica e Darcy Raposo Bandeira, industrial, e sua mulher Zélia Villela Bandeira, doméstica, residentes nesta cidade.⁷⁶

O vizinho, Dr. Elias Villela de Andrade, um dos filhos de Dona Esméria Villela de Andrade e do Dr. Casemiro Villela de Andrade, era

*casado com Hilda Macedo de Andrade. Empresário. Empresa de transportes urbanos. Proprietário de Usinas de Laticínios. Cafeicultor e pecuarista da Ribeirão, em três Ilhas. Investidor imobiliário, financeiro e acionário.*⁷⁷

⁷⁵ SETTRA - Processo número 1197. Cartório do Segundo Ofício Américo Massote Netto. Registro de Imóveis, número 21.849. Livro 3-U, folha 198, em 26/12/1967.

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ PROCÓPIO FILHO, J. op. cit., p. 102. Ver também dos mesmo autor **Aspectos da vida rural de Juiz de Fora**, p. 194. ARQUIVO HISTÓRICO DA

Conforme depoimento do Dr. Hermenegildo Villaça Freitas, o avó, Dr. Hermenegildo Villaça, também tinha ligações com o setor de laticínios. Ele relata:

*meu avô comprou a fazenda da Cahoeirinha, na estrada para Humaitá; importou gado suíco e vendia a produção leiteira em carrocinhas. Tinha todo o equipamento para esterelizar e resfriar o leite. As pessoas compravam cartelas para garantir o fornecimento, dada a qualidade do leite produzido.*⁷⁸

Os imóveis acima relacionados, são exemplos cabais da continuidade na lógica de ocupação efetuado

UFJF. Arquivo Benjamim Colucci. Inventário de Maria Esméria Villela de Andrade. Inventarianre: Elias Villela de Andrade.

⁷⁸ Depoimento concedido pelo senhor Hermenegildo Villaça Freitas, em 05/07/1988, à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira. Economista, neto do Dr. Hermenegildo Rodrigues Villaça e dona Olívia Ribeiro Villaça, genro de dona Maria José Junqueira Villela de Andrade. Outro depoimento importante na confirmação dos dados foi concedido pela senhora Lucy Junqueira Costa Reis, em 05/07/1988, à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira. Sobrinha de dona Maria José Junqueira Villela de Andrade. A fazenda referida pelo senhor Hermenegildo Villaça Freitas fica perto da Empresa Beckton Dickson.

pela elite em Juiz de Fora. A lógica iniciada ainda no século XIX, conforme já exposta no início deste texto, teve sequência nas primeiras décadas do século atual. Nesse sentido, a memória de dona Maria José Junqueira Villela de Andrade nos ajuda a desvendar os laços de amizade e parentesco estabelecido no Alto dos Passos. Ela residiu na Avenida Rio Branco, número 3.480, onde hoje é o Sírio Libanês. E retrata com nitidez o que significava morar numa chácara em pleno centro urbano.

A casa era grande e já estava totalmente pronta. foi preciso reformar apenas a parte externa. Tinha salão com afrescos (motivos estrangeiros). Era uma chácara com mais de vinte jaboticabeiras, horta boa, embaixo havia a cozinha onde se fazia goiabada. Ia da Avenida Rio Branco até ao final da rua 21 de Abril, depois, foi cortada pela rua Severino Meirelles. Nome de um engenheiro, solteiro, irmão do Dr. José dos Reis Meirelles, que se casou com a minha irmã Dinah. A fazenda do meu pai era

*a São Felipe, em São José das Três Ilhas e, também, tinha uma chácara na Bomba de Fogo. Todos os dias ele ia a esta chácara buscar: frutas, leite, legumes, verduras, ovos e peixes, tinha criação de carpas. Não havia comércio nesta área, apenas residências.*⁷⁹

Sobre o ambiente vivido no Alto dos Passos, dona Maria José relata:

a vida no Alto dos Passos era boa, praticamente uma família, todos amigos entre si. Alguns se casaram entre si. Eu mesma me casei com o Dr. Ignácio de Loyola Villela de Andrade, que residia onde é hoje o Centro de Estudos Murilo Mendes. E meu cunhado, o Sr. Elias, também se casou com uma vizinha que residia onde hoje é um estacionamento, ao lado da CROE. O Dr. Casemiro e Dona

⁷⁹ Depoimento concedido pela senhora Maria José Junqueira Villela de Andrade, em 05/07/1998, à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira. Os pais de dona Maria José eram: Severino Belfort de Andrade e Gabriela Junqueira de Andrade. Sobre a fazenda São Felipe ver PROCÓPIO FILHO, J. op. cit., p. 195.

Esméria, meus sogros eram proprietários da fazenda Ribeirão, em Três Ilhas, vizinha à nossa. Onde hoje é a Associação dos Servidores da UFJF, morava o Sr. Hilário Horta. A senhora Ritinha de Andrade Santos morou onde hoje é a CROE. O Dr. Menelick de Carvalho, que foi prefeito, morou onde hoje é a Escola Duque de Caxias. A família Ribeiro de Oliveira: onde é a casa de dona Madalena [número 3.263, que pertenceu à Benjamim Colucci]. Perto da minha casa morava Dona Carolina Resende. A família Jaguaribe morava na esquina com a rua Delfim Moreira. O Sr. Augusto Villela Pedras residia onde hoje é o edifício Avenida Park, em frente ao Sírio Libanês. O senhor Augusto Ministério tinha sua casa onde é o posto de gasolina na esquina da rua Dr. Romualdo. O senhor João Gauberto Carvalho e dona Analita Campos Carvalho moravam onde é o Círculo Militar. Dona Conceição Horta morava onde hoje é o edifício Barão de Itaipu. A casa, onde teve o ataque das abelhas recentemente,

pertenceu aos pais do senhor Francisco Azarias Villela. Uma das filhas, dona Íris, morou lá; era tia do meu marido [Dr. Ignácio].⁸⁰

Outras relações de parentesco são relatadas pelo senhor Hermenegildo Villaça Freitas, neto do Dr. Hermenegildo Rodrigues Villaça e de dona Olívia Ribeiro Villaça, da família Ribeiro de Oliveira:

João Ribeiro Villaça, um dos filhos do Dr. Hermenegildo Villaça, casou-se com Irene Assis Villaça, cujo pai era um Burnier. João Nogueira Penido casou-se com outra Assis. Uma representante desse ramo familiar, dona Marita, casou-se com o Dr. Joaquim Ribeiro de Oliveira, irmão do doutor Luiz Gonzaga Ribeiro de Oliveira [relacionados às edificações 3217 e 3263].⁸¹

⁸⁰ Idem. Sobre o Centro de Estudos Murilo Mendes ver LARA, Helena Maria de Sousa. op. cit.

⁸¹ Depoimento concedido pelo senhor Hermenegildo Villaça Freitas, em 05/07/1988, à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira. Economista.

Mais do que as evidências da lógica de ocupação da elite em Juiz de Fora os imóveis em processo de tombamento representam, também, o precioso tesouro do nosso passado. Ainda na década de 40 o brilhante cronista Escragnolle Dória escrevia,

*Do Patrimônio Histórico Nacional tem desaparecido muita coisa valiosa, alienada pela cobiça ou destruída pela incompreensão dos homens, muitos dos quais mofam do valor de tal patrimônio, por isso dignos de pena. Pensam que vivem limitando-se ao hoje.*⁸²

Esse é o nosso grande patrimônio e precisa ser respeitado, caso contrário, teremos que nos limitar apenas ao hoje.

⁸² Apud TRAVASSOS, Míriam. op. cit., p. 9.

A parte referente aos aspectos arquitetônicos não foi entregue, pela Equipe de Arquitetura, para edição e publicação.

FONTES

1. ARQUIVOS

1.1. Arquivo Dormevelly Nóbrega

Documentos diversos

- Arthur Azevedo - Carta a um amigo: “Três dias em Juiz de Fora, 27/03/1889”. Publicada no Jornal *Novidade* nos dias 06-09-12/04 e no jornal *O Pharol*, de 03/04.

- **Coleção Rua Halfeld**, n. 1, s/d.

Obras e artigos

BASTOS, Wilson de L. Um cidadão juizforano. Coronel José Ribeiro de Rezende (Barão de Juiz de Fora). **Folha Mineira**, 16/08/1956.

CALMON, Pedro. **História de Minas e "Memórias" de Nogueira da Gama**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

MOYA, Salazar de. **Anuario Genealógico Brasileiro**. I ano. São Paulo: Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, 1939.

RHEINGANTZ, C. G. **Titulares do Império**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Arquivo Nacional, 1960.

1.2. Arquivo do Seminário Santo Antônio

Seminário Arquidiocesano “Santo Antônio” no cinquentenário de sua fundação - Ano Santo de 1975 - JF - MG - Brasil, 1976.

1.3. Arquivo Histórico da UFJF

Arquivo do Forum Benjamin Colucci.

- Inventário de Maria Esméria Villela de Andrade. Inventariante: Elias Villela de Andrade, 1940.

1.4. Arquivo da Sociedade Beneficente de Juiz de Fora

Almanach de Juiz de Fora - 1898. Organizado por Heitor Guimarães, Anno III, Juiz de Fora: Typographia Mattoso, 1898.

1.5. Arquivo da Família Mascarenhas

- **Diário Mercantil**, 14/11/1944.

- **Diário Mercantil** - Turismo, 31/01 e 01/02 de 1971

- **Diário Mercantil**, 13/08/1974.

1.6. Arquivo do Museu Mariano Procópio

Archivo Nobiliarchico brasileiro. Organizado pelo Barão de Vasconcellos e o Barão Smith de Vasconcellos. Lausanne: Imprimerie la Concorde, MLCCCXVIII.

1.7. Prefeitura de Juiz de Fora

Departamento de Comunicação(DICOM)

- Processos números 7915/47; 1653/49; 3082/1952; 0475/71 e 911/52.

DAF

- Processo número 4252/46.

Secretaria de Transportes (SETTRA)

- Processo número 1197.

2. CARTÓRIOS

Cartório Américo Massote Netto (Segundo Ofício)

Registro de Imóveis, número 21.849. Livro 3-U, folha 198, em 26/12/1967.

Cartório Norberto Medeiros

Livro 400, folha 207. Escritura de divisão que fazem os Espólios de Benjamin Colucci e outros.

Cartório Onofre Mendes

- Registro de Imóveis número 15.843, livro n. 3-S, folha 84.

- Registro de Imóveis, número 21.686, folha 263 do livro 3-X, em 17/08/1966. Registro anexo: número 29.314, em 06/08/1992.

- Registro de Imóvel número 22.479, L 88, folha 182 v, em 04/12/1967.

- Escritura de 31/10/1996 em nota do 4º Tab. local, L 172 - N, folha 142.

3. FONTES ORAIS

- Depoimento concedido pelo Padre e Professor Mestre Afonso Henrique Hargreaves Botti, em 02/07/1998, à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira.

- Depoimento do senhor Dormevilly Nóbrega, concedido em 01/07/1988, à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira.

- Depoimento da Irmã Maria Helena Souza de Faria, concedido em 21/07/1998, à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira.

- Depoimento da senhora Maria de Lourdes Mascarenhas, concedido em 08/07/1988, à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira. Neta de dona Lourdes e Ulisses Mascarenhas, psicóloga.

- Depoimento do Dr. Roberto Villela Nunes (sobrinho de dona Lourdes Mascarenhas), concedido em 06/07/1998, à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira

- Depoimento do senhor Hermenegildo Villaça Freitas, concedido em 05/07/1988, à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira. Economista, neto do Dr. Hermenegildo Rodrigues Villaça e dona Olívia Ribeiro Villaça, genro de dona Maria José Junqueira Villela de Andrade.

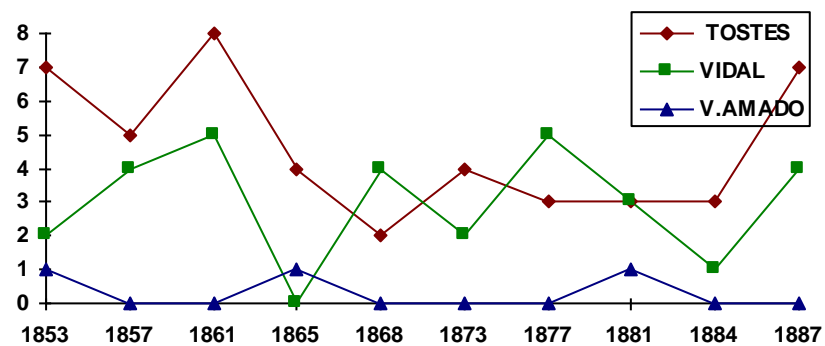
- Depoimento da senhora Lucy Junqueira Costa Reis, concedido em 05/07/1988, à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira. Sobrinha de dona Maria José Junqueira Villela de Andrade.

- Depoimento concedido pela senhora Maria José Junqueira Villela de Andrade, em 05/07/1998, à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira.

ANEXO 01-A

GRÁFICO DEMONSTRATIVO DAS PRINCIPAIS FAMÍLIAS QUE INTEGRARAM A CÂMARA MUNICIPAL NO PERÍODO DE 1853-1889

GRÁFICO 1



FONTE: ESTEVES, A. op. cit., CALMON, P. op. cit., ARQUIVO DO PRIMEIRO OFÍCIO CÍVEL: Processo número 60A15, SILVA, B. op. cit.

OBS.: 1- Os dados relacionados nas coordenadas X (vertical) e Y (horizontal) correspondem respectivamente ao número de representantes e os anos das legislaturas.

2- Gráfico extraído de GENOVEZ, Patrícia Falco. op. cit.

ANEXO 01-B

TABELA DAS PRINCIPAIS FAMÍLIAS LOCAIS E A OCUPAÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA (1853-1889)

	1853	1857	1861	1865	1868	1873	1877	1881	1884	1887	TOT
TOSTES	7	5	8	4	2	4	3	3	3	7	46
%	70	55,5	61,5	80	33,3	66,6	37,5	42,8	75	63,6	58,2
VIDAL %	2	4	5	0 0	4	2	5	3	1	4	30
	20	44,4	38,4		66,6	33,3	62,5	42,8	25	36,3	37,9
V.AMADO	1	0 0	0 0	1	0	0 0	0 0	1	0 0	0 0	3
%	10			20	0			14,2			3,7
TOTAL CÂMARA	66,6	50	61,9	26,3	33,3	30	50	50	33,3	61	46
%											

FONTE: ESTEVES, A. op. cit., CALMON, P. op. cit., ARQUIVO DO PRIMEIRO OFÍCIO CÍVEL: Processo número 60A15, SILVA, B. op. cit. Obs.: Tabela extraída de GENOVEZ, Patrícia Falco. op. cit.

ANEXO 02
FAMÍLIAS QUE CONCORREM À VEREANCIA NO PERÍODO DE 1856-1889

FAMÍLIAS NOMES (NÚMERO DA CLASSIFICAÇÃO NA ELEIÇÃO)	DATA 18..
BARROS	
FRANCISCO BERNARDINO DE BARROS (48)	56
JOAQUIM Q. DOS REIS BARROS (42)	61
CAPITÃO JOSÉ BERNARDINO DE BARROS (08, 55)	68, 73
GABRIEL ANTÔNIO DE BARROS (87)	73
JOAQUIM ILDEFONSO DE BARROS (39, 02)	81, 87
GABRIEL HORÁCIO DE BARROS (11)	87
CASTRO/CORREA	
JOSÉ CAETANO DE MORAES E CASTRO (23, 14, 22)	73, 76, 81
Dr. AGOSTINHO CORREA (33, 41, 14, 04)	73, 76, 81, 83*
Dr. JOSÉ CORREA E CASTRO (36, 22)	73, 76
JOÃO ANTÔNIO CORREA (81)	73
VICENTE JOSÉ DE SOUZA CASTRO (83)	73
BENJAMIM ANTÔNIO CORREA (40)	73
ALEXANDRINO BENEVENUTO CORREA (47)	73
ANTÔNIO FLORÊNCIO CORREA (50)	73
FELISMINO CORREA DE MENDONÇA (51)	73
JOÃO BATISTA DE CASTRO (03)	83*
DUARTE	
LUCAS ANTÔNIO DUARTE (38)	56
COMENDADOR FELICIANO COELHO DUARTE (44)	56
FERNANDES DE MIRANDA/MIRANDA	
JOSÉ FERNANDES DE MIRANDA (26, 07, 73)	56, 61, 73
JOAQUIM FERNANDES DE MIRANDA (28, 39, 04, 09)	56, 61, 73, 76
FRANCISCO JOAQUIM DE MIRANDA (34)	56
JOSÉ RIBEIRO DE MIRANDA (40)	56
MARTINIANO PEIXOTO DE MIRANDA (77-103)	56, 61
HENRIQUE GUILHERME FERNANDES (38)	61
JOSÉ JOAQUIM DE MIRANDA (100)	61
JOSÉ AYRES MONTEIRO DE MIRANDA LIMA (46)	64
HALFELD	
COMENDADOR HENRIQUE G. F. HALFELD (02, 13, 17)	56, 61, 64

Núcleo Histórico da Av. B. do Rio Branco (A. dos Passos)

Núcleo Histórico da Av. B. do Rio Branco (A. dos Passos)

Dr. PEDRO MARIA HALFELD (30, 102, 42)	56, 61, 64
ALTIVO SILVINO DE LIMA MELLO (85, 92, 06, 41 - Genro do Comendador)	56, 61, 64, 68
MAJOR FRANCISCO MARIANO HALFELD (88, 30, 17)	56, 64, 73
FERNANDO FELICIANO HALFELD (89)	56
HENRIQUE HALFELD (31)	61
ANTÔNIO AMÁLIO HALFELD (56, 04, 28)	73, 76, 81
JÚLIO HALFELD (66)	73
GUILHERME JUSTINO HALFELD (68, 48)	73, 81
TEN. CEL. BERNARDO HALFELD (07, 05)	81, 87
FRANCISCO MARIANO HALFELD (35)	81
HORTA	
ANTÔNIO CAETANO OLIVEIRA HORTA (07, 83, 38)	56, 61, 81
CEL. JOSÉ CAETANO RODRIGUES HORTA (64, 18, 54, 18, 29)	56, 61, 64, 68, 73
JOSÉ CAETANO DE OLIVEIRA HORTA (51)	61
Dr. CAETANO ANTÔNIO RODRIGUES HORTA (59)	61
Dr. FELISBERTO SOARES DE G. HORTA (51, 60, 25)	64, 73, 76
ANTÔNIO CAETANO RODRIGUES HORTA (32)	73
LUIS EUGÊNIO HORTA BARBOZA (64, 32)	73, 81
EMÍLIO LUIS RODRIGUES HORTA (26)	81
LAGE	
DOMINGOS ANTÔNIO LAGE (19, 16, 22)	56, 61, 64
COMENDADOR MARIANO PROCÓPIO FERREIRA LAGE (69, 19)	56, 61
ILDEFONSO JUSTINIANO GONÇALVES LAGE (45, 15, 07)	61, 64, 73
Dr. ANTERO JOSÉ LAGE BARBOZA (01, 21, 51, 31, 01)	64, 68, 73, 76, 83*
CÂNDIDO PEDRO DA COSTA LAGE (38)	64
CAPITÃO MANUEL VIDAL BARBOZA LAGE (06, 18, 02)	68, 76, 81
Dr. LEANDRO DE BARBOZA DE CASTILHO (16, 13, 09)	68, 73, 76
JOSÉ GUILHERME MARIANO LAGE (52, 44)	76, 81
FRANCISCO ISIDORO BARBOZA LAGE (15)	87
MENDES RIBEIRO	
VIGÁRIO TIAGO MENDES RIBEIRO (50, 43, 77)	56, 61, 64
JOÃO PEDRO RIBEIRO MENDES (52, 69, 60, 17, 07)	64, 73, 76, 81, 83*
JOÃO RIBEIRO MENDES (11, 26, 24)	73, 76, 81
FRANCISCO DE ASSIS MENDES RIBEIRO (27)	81
MONTEIRO DA SILVA/MONTEIRO	
FELICÍSSIMO GOMES PINTO MONTEIRO (11)	56
ELIAS ANTÔNIO MONTEIRO (68)	56
MAJOR JOSÉ JOAQUIM MONTEIRO DA SILVA (91, 09, 25, 55, 57)	56, 61, 64, 68, 73

JOÃO JOAQUIM MONTEIRO DA SILVA (48)	61
FELICIANO GOMES PINTO MONTEIRO (94)	61
DOMICIANO F. MONTEIRO DA SILVA (29)	64
GERVÁZIO ANTÔNIO MONTEIRO DA SILVA (05)	76
JOSÉ JOAQUIM MONTEIRO DA SILVA (43)	76
MATEUS HERCULANO MONTEIRO DA SILVA (36, 03)	81, 87
NOGUEIRA PENIDO/NOGUEIRA	
Dr. JOÃO NOGUEIRA PENIDO (18, 02, 10, 26, 07, 03)	56, 61, 68, 73, 76, 81
JOÃO BENTO NOGUEIRA (62, 35, 19, 36)	56, 61, 64, 68
PACHECO	
ANTÔNIO MANUEL PACHECO (70, 93, 58)	56, 61, 64
JOSÉ MANOEL PACHECO (53, 03)	68, 73
SILVESTRE DINIZ PACHECO (85)	73
PAULA LIMA	
COMENDADOR FRANCISCO DE PAULA LIMA (10, 05)	56, 61
FRANCISCO DE PAULA LIMA Jr. (18, 03)	64, 76
JOSÉ CEZÁRIO DE MIRANDA LIMA (37)	76
RIBEIRO DE REZENDE/RIBEIRO	
TEN. CEL. JOSÉ RIBEIRO DE REZENDE (13, 24, 34)	56, 61, 64
VIRGILINO JOSÉ RIBEIRO DE REZENDE (76)	56
FRANCISCO JOSÉ RIBEIRO DE REZENDE (84, 12)	56, 61
ROMUALDO CÉSAR MONTEIRO DE MIRANDA RIBEIRO (49, 48, 03, 61, 02, 29)	61, 64, 68, 73, 76
FRANCISCO RIBEIRO DE ASSIS (31, 14)	64, 68
JOAQUIM VIDAL LEITE RIBEIRO (45, 42)	64, 68
GERALDO AUGUSTO DE RESENDE (07, 04)	68, 87
ANTÔNIO LUIS DE MIRANDA RIBEIRO (35, 59)	68, 73
DOMINGOS NERY RIBEIRO (60, 01, 34)	68, 73, 76
MANOEL DE ASSIS RIBEIRO (20)	73
JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE (65)	73
FRANCISCO EUGÊNIO DE REZENDE (04)	81
ROUSSIN	
CÔNEGO JOSÉ DE SOUZA SILVA ROUSSIN (11, 05, 11, 15)	61, 64, 68, 73
PADRE JOÃO BATISTA DE SOUZA ROUSSIN (30, 42, 05)	76, 81, 83*
TEIXEIRA DE CARVALHO/CARVALHO	
JOAQUIM PEDRO TEIXEIRA DE CARVALHO (11, 14, 19, 02)	61, 64, 68, 73
FRANCISCO JOSÉ DE CARVALHO (22)	61
CARLOS TEIXEIRA DE CARVALHO HUNGRIA (29)	61
FORTUNATO ANTÔNIO DE CARVALHO (36)	61

EDUARDO TEIXEIRA DE CARVALHO HUNGRIA (110, 09)	61, 73
FRANCISCO PEDRO DE CARVALHO (70)	64
DAMASO JOSÉ BARROSO DE CARVALHO (71)	64
ANTÔNIO TEIXEIRA DE CARVALHO (16, 09)	81, 87
TOSTES	
CAPITÃO ANTÔNIO DIAS TOSTES (21, 47, 39)	56, 61, 64
MANOEL DIAS TOSTES (38, 28)	56, 64
JOÃO RIBEIRO DE ASSIS TOSTES (99)	61
Dr. MARCELINO DE ASSIS TOSTES (04, 60, 21, 19, 14)	64, 68, 73, 81, 87
VALLE AMADO/CERQUEIRA LEITE/NOGUEIRA DA GAMA	
COMENDADOR MANUEL DO VALLE AMADO (01, 72)	56, 61
PADRE JOÃO MARCIANO CERQUEIRA LEITE (36, 57, 33)	56, 61, 64
FRANCISCO DO VALLE AMADO (54)	56
ERNESTO NOGUEIRA VELASCO DA GAMA (61, 50)	61, 81
ILDEFONSO DE CERQUEIRA LEITE (85)	61
MAXIMINIANO DE OLIVEIRA LEITE (87)	61
Dr. JOSÉ CALMON NOGUEIRA VELASCO DA GAMA (11, 62)	64, 68
Dr. ANTÔNIO JOAQUIM DE MIRANDA NOGUEIRA DA GAMA (23, 47, 39)	64, 73, 76
ALBINO DE CERQUEIRA LEITE (37)	64
JOSÉ MARIA DE CERQUEIRA VALLE (43, 58, 12)	64, 68, 73
BRUNO NOGUEIRA DA GAMA (67)	64
INÁCIO ERNESTO NOGUEIRA DA GAMA (34, 13, 52)	73, 76, 81
INÁCIO ERNESTO VELASCO DA GAMA (39, 53)	68, 81
ANTÔNIO FERNANDES DA SILVA LEITE (38)	73
JOSÉ DE CERQUEIRA DE CARNEIRO (82)	73
PEDRO ALCÂNTARA DE CERQUEIRA LEITE (06)	81
VELLOSO	
TEN. MANOEL FERREIRA DA SILVA VELLOSO (45, 17, 20, 19, 08, 51)	56, 61, 68, 73, 76, 81
MAURO FRANCISCO VELLOSO (95)	56
MANOEL FERREIRA DA SILVA VELLOSO Jr. (54)	68
MÁRIO FERREIRA DA SILVA VELLOSO (21)	64
* As eleições de 1883 e 1887 sofreram alterações em virtude da Reforma Eleitoral	
FONTE: ARQUIVO DO MUSEU MARIANO PROCÓPIO	
Livro de Apuração das Atas de Eleições 112/026	
In: GENOVEZ, Patrícia Falco. op. cit.	

ANEXO 03

LISTA DOS CONVIDADOS NA OCASIÃO DA ASSINTURA DA ESCRITURA DE COMPRA DO TERRENO DO JESUÍTAS

As informações dos nomes abaixo relacionados foram retirados do livro de PROCÓPIO FILHO, J. **Salvo erro ou omissão.** Juiz de Fora: Ed. do autor, 1979. Vale ressaltar que não foi possível obter informações sobre vários nomes.

- Álvaro Martins Villela (1878-1959): Natural do Rio de Janeiro. Filho de Gabriel de Andrade Villela e Francisca Bernardina Martins Ferreira de Andrade. Casado com Eudóxia Azevedo Villela. Fazendeiro da “Cincorá” e empresário. Fundou a Gota de Leite, hoje Sociedade de Proteção e Assistência à Infância (onde é o Grupo Escolar Duque de Caxias, na Avenida Rio Branco). Filantropo. Investidor imobiliário, financeiro e acionário. (p. 33)

* Gabriel Villela de Andrade: Filho de José Villela dos Reis e Francisca Paula de Andrade. Oriundo do Sul de Minas, onde era fazendeiro. Investidor imobiliário e acionário. (p. 129)

* Álvaro Martins Villela era parente próximo de Dona Lourdes Mascarenhas.

- Maria Cândida Penido Burnier: esposa de Henrique Burnier e mãe de Vicente de Paulo Penido Burnier e Henrique José Penido Burnier.

* Henrique Burnier (1875-1922): Natural de Barbacena - MG - Filho do engenheiro Miguel Noel Nascente Burnier e Maria Antônia Penido Burnier. Casado com Maria Cândida Penido Burnier. Engenheiro. Chefe do Tráfego da Companhia Paulista de Estrada de Ferro. Quarto presidente da Companhia Mineira de Eletricidade. Fundador da União dos Moços Católicos. Presidente do Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paula. É titular de rua. (p. 146)

* Vicente de Paulo Penido Burnier (1921): Natural de Juiz de Fora. Filho do engenheiro Henrique Burnier e Maria Cândida Penido Burnier. Sacerdote católico com o grau de Cônego. Chanceler da Cúria Metropolitana. Sendo surdo-mudo obteve permissão especial do Papa para receber o sacerdócio, tendo sido, na ocasião, o único no mundo. (p. 315)

* Henrique José Penido Burnier (1911): Natural de Campinas - SP - Filho do engenheiro Henrique Burnier e de Maria Cândida Penido Burnier. Casado com Rita Penido Burnier. Funcionário da Companhia Mineira de Eletricidade. Aficionado do tênis. (p. 146)

- Coronel Albino Machado (1871-1950): Natural de Paraíba do Sul - RJ - Filho de Domingos José Machado e Mariana Pereira Nunes. Casado com Laura Fonseca Hermes Machado. Investidor imobiliário urbano, financeiro e acionário. Aficionado da equitação e do tiro ao voo. Vereador em 1902/7. (p. 24)

- Coronel Aprígio Ribeiro de Oliveira (1870-1951): Natural de Brumado - MG - Filho de João Ribeiro de Oliveira e Reinalda de Cássia e Silva Ribeiro de Oliveira. Casado com Elisa

Ribeiro de Oliveira. Antigo comerciante de tecidos e depois Diretor-Gerente do Banco de Crédito Real de Minas Gerais por 30 anos consecutivos. Prestigioso líder católico. Presidente da Sociedade São Vicente de Paula. É titular de rua. (p. 52)

- José Batista de Oliveira (1897-1958): Natural de Juiz de Fora. Filho de Francisco Batista de Oliveira e Eugênia Nunes Lima de Oliveira. Casado com Dagmar Teixeira Batista de Oliveira. Engenheiro e industrial. Diretor da Cia. Fiação e Tecelagem São Vicente. Engenheiro da Estrada de Ferro Paracatu. Prefeito de 1945/46. Orquidófilo. É titular de rua. Presidente do Centro Industrial de Juiz de Fora. (p. 181)

* Francisco Batista de Oliveira (1857-1902): Natural de Entre Rios - MG. Filho de João Batista de Oliveira e Souza e Maria Natividade de Oliveira. Casado com Eugênia Nunes Lima Batista de Oliveira. Comerciante e empresário. Fundou a tradicional casa “A Barateza”. Em 1891, fundou a Academia de Comércio de Juiz de Fora, onde está o seu busto, inaugurado em 1939. Um dos incorporadores e fundadores do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Diretor da Companhia São Lázaro. Propagou, em Paris, gratuitamente, as qualidades dos cafés de Juiz de Fora. Diretor da Companhia Mineira de Eletricidade. Construiu o Monumento do Cristo Redentor. É titular de rua.

- Henrique Hargreaves (1903): Natural de Sabará - MG. Filho do engenheiro Henrique Olivelas Hargreaves e Clotilde Peixoto Hargreaves. Casado com Marina Paletta Hargreaves. Professor emérito da Universidade Federal de Juiz de Fora. Professor na Universidade Católica de Minas Gerais. Conselheiro de inúmeros órgãos educacionais e culturais. Fundador da Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora, logo incorporada

à Universidade Federal de Juiz de Fora. Fundador do Instituto Cultural São Tomás de Aquino. Líder católico. Jornalista. Conferencista. Escritor. Presidente da Sociedade de Amigos do Museu Mariano Procópio. Escrivão do Estado de Minas Gerais. Diretor da Companhia Mineira de Eletricidade. Futebolista do Sport Club de Juiz de Fora. Personalidade juiz-forana de 1971. (p. 146)

- Edgar Quinet de Andrade Santos (1881-1965): Natural de Juiz de Fora. Filho de Antônio Augusto de Andrade Santos e Maria Henriqueta de Andrade Santos. Casado com Maria da Conceição Monteiro de Andrade Santos. Médico Cirurgião. Chefe de enfermagem da Santa Casa por mais de 50 anos. Presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora. Do Egrégio Conselho da Santa Casa. empresário. Investidor imobiliário, financeiro e acionário. Abriu a rua Oswaldo Cruz. É titular de rua. Cafeicultor da “Glória”, em Belmiro Braga. (p. 97, ver também PROCÓPIO FILHO, J. Aspectos da vida rural de Juiz de Fora. p. 174)

- Bernardo Guimarães Mascarenhas (1899-1978): Natural de Juiz de Fora. Filho de Bernardo Mascarenhas e Amélia Guimarães Mascarenhas. Casado com Ruth Araújo Mascarenhas, titular de Escola Municipal. Industrial. Diretor da Companhia Fiação e Tecelagem Bernardo Mascarenhas. Pecuarista da Soledade, em Matias Barbosa. Colecionador de obras de arte. (p. 67, ver também PROCÓPIO FILHO, J. Aspectos da vida rural de Juiz de Fora. p. 84)

* É irmão do Dr. Ulisses G. Mascarenhas, esposo de Dona Lourdes Mascarenhas.

* Bernardo Mascarenhas (1847-1899): Natural de Curvelo - MG. Filho de Antônio Gonçalves da Silva Mascarenhas

e Policena Ferreira Pinto Mascarenhas. Casado com Amélia Guimarães Mascarenhas. Industrial em Sete Lagoas, transferindo-se para Juiz de Fora, depois de efetuar alguns estudos na América do Norte, aqui fundou a Companhia Mineira de Eletricidade (1888), construindo a sua primeira Usina Hidroelétrica, que também foi a primeira da América do Sul e que até hoje é conservada como relíquia. Fundou a Companhia de Fiação e Tecelagem Bernardo Mascarenhas, da qual foi o primeiro presidente. Um dos fundadores do Banco de Crédito Real de Minas Gerais e seu primeiro diretor. Efetuou a primeira instalação elétrica de iluminação pública na cidade. É titular de rua e tem o seu busto na Praça Antônio Carlos, inaugurado em 1931. Membro da Assembléia Municipal Republicana, 1891. (p. 67)

- Ulisses Guimarães Mascarenhas (1892-1974): Natural de Juiz de Fora. Filho de Bernardo Mascarenhas e Amélia Guimarães Mascarenhas. Casado com Maria de Lourdes Villela de Andrade Mascarenhas. Industrial. Diretor da Companhia Fiação e Tecelagem Bernardo Mascarenhas. Cafeicultor da Passo da Pátria, na Chácara. Investidor imobiliário e acionário. (p. 311, ver também PROCÓPIO FILHO, J. Aspectos da vida rural de Juiz de Fora. p. 180)

- João Nogueira Penido Filho (1862-1945): Natural de Juiz de Fora. Filho do médico João Nogueira Penido e Maria Cândida Lima Duarte Penido. Casado com Maria Carolina de Assis Penido. Médico. Vereador. Presidente da Câmara Municipal e Agente Executivo (Prefeito) em 1895. Deputado Federal em várias legislaturas. Presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora e seu benfeitor, oferecendo-lhe a sua sede em 1940. Irmão Benemérito da Santa

Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, à qual legou quase toda sua imensa fortuna. No salão nobre da instituição estão seu busto e o de sua esposa. Cafeicultor da Floresta (ver PROCÓPIO FILHO, J. Aspectos da vida rural de Juiz de Fora. p. 57). Presidente e fundador do Jockey Club de Juiz de Fora. Aficionado do tiro ao voo e da caça. Pioneiro na criação dos mais afamados cães de raça Pointer no Brasil. É titular de rua. O casal está sepultado na capela dos Passos. Investidor imobiliário, financeiro e acionário.

* João Nogueira Penido (1822-1901): Natural de Paraopeba - MG. Filho de Antônio Nogueira Penido e Francisca Simões de Araújo Nogueira Penido. Casado com Maria Cândida Lima Duarte Penido. Médico pioneiro na cidade. Vereador 1857/64 e 1877/80. Presidente da Câmara e Agente Executivo (Prefeito). Deputado federal em várias legislaturas. 3º Vice-Presidente do Estado de Minas Gerais, em 1878. Autor da lei que proibiu a pena de açoites. Fundador e Presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora. É titular de praça pública, onde tem o seu busto.

- João Ribeiro Villaça (1895-1973): Natural de Juiz de Fora. Filho do médico Hermenegildo Rodrigues Villaça e Olívia Ribeiro de Oliveira Villaça. Casado com Irene Burnier de Assis Villaça. Presidente do Conselho de Amigos do Museu Mariano Procópio. Médico cirurgião. Chefe do Serviço Médico da Santa Casa de Misericórdia por mais de trinta anos, à qual dedicou toda sua vida profissional. Professor jubilado na Universidade Federal de Juiz de Fora. Um dos fundadores da Faculdade de Medicina e seu diretor. Presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia. Portador da ordem do Mérito Médico do Brasil e da Grande Medalha da Ordem da Inconfidência Mineira. Um dos fundadores da Faculdade de Filosofia e Letras. Da Academia Nacional de Medicina. Do Colégio Brasileiro de Cirurgiões. Do Colégio

Internacional de Cirurgiões. Da Associação Médica de Minas Gerais e de outras inúmeras sociedades médicas. Diretor presidente da Companhia Mineira de Eletricidade. Personalidade juiz-forana de 1969. Pecuarista de leite da Cachoeirinha (ver PROCÓPIO FILHO, J. Aspectos da vida rural de Juiz de Fora. p. 52). Aficionado da equitação, do tiro ao voo e da caça. Investidor acionário. (p. 171)

* Hermenegildo de Assis Villaça (1934): Natural de Juiz de Fora. Filho do médico João Ribeiro Villaça e Irene de Assis Villaça. Casado com Ana Drumond Villaça. Agrônomo. Do Ministério da Agricultura. Diretor da Estação Experimental de Água Limpa, em Coronel Pacheco, hoje EMBRAPA. (p. 148)

* Hermenegildo Rodrigues Villaça (1860-1936): Natural da Vila do Rio do Peixe - MG. Filho de Antônio Rodrigues Pereira e Joana Ferreira Villaça. Casado com Olívia Ribeiro de Oliveira Villaça. Médico cirurgião. Pioneiro da cirurgia no Estado de Minas Gerais. Grande benfeitor da Santa Casa de Misericórdia, até sua morte. Fundador e primeiro diretor da Faculdade de Medicina de Juiz de Fora. Cafeicultor e pecuarista de bovinos apurados da raça Schwitz, na Cachoeirinha, no distrito da cidade (ver PROCÓPIO FILHO, J. Aspectos da vida rural de Juiz de Fora. p. 52). Fundador da Companhia de Laticínios de Juiz de Fora. Tem o seu busto no jardim da Santa Casa e no jardim da Igreja de São Sebastião. É titular de rua. Patrono do Pronto Socorro Municipal. (p. 148)

- Joaquim Ribeiro de Oliveira (1894-1977): Natural de Juiz de Fora. Filho de Aprígio Ribeiro de Oliveira e Elias Ribeiro de Oliveira. Casado com Maria da Conceição Álvares de Assis Ribeiro de Oliveira. Engenheiro. Professor emérito na Universidade Federal de Juiz de Fora. Presidente da Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira 1958/64. Engenheiro do Estado de

Minas Gerais. Diretor da Estrada de Ferro Paracatu. Presidente da Cia. Mineira de Eletricidade. Fundador da Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora, doando-lhe valioso patrimônio. Cientista. Músico. Filântropo, doou à Arquidiocese Episcopalgia o Palácio Sede, na Avenida Rio Branco. Agraciado, em 1965, com a Grande Medalha da Ordem da Inconfidência Mineira. Irmão Benemérito e Egrégio Conselheiro da Santa Casa de Misericórdia. Personalidade juiz-forana de 1968. Representou o Brasil em vários congressos de Geologia. Fundador e Presidente do Instituto São Tomaz de Aquino, destinado a proporcionar bolsas de estudos no estrangeiro. Líder católico. Do Movimento Familiar Cristão e da Ação Católica. Ministro da Eucaristia. Presidente do Centro Industrial de Juiz de Fora. (p. 176)

ANEXO 04

**EDIFICAÇÃO ISOLADA:
AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO, 3036,
ESQUINA COM OSVALDO ARANHA**

**SECOS E MOLHADOS
"FERREIRA & IRMÃOS"**

Aspectos Históricos

Patrícia Falco Genovez⁸³

Destruindo os suportes materiais da memória, a sociedade capitalista bloqueou os caminhos da lembrança, arrancou seus marcos e apagou seus rastros. CHAÚÍ, Marilena de Souza. Os trabalhos da memória.

⁸³ Doutoranda no programa de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, membro do Núcleo de História Regional da UFJF, membro do Conselho Editorial da Revista Eletrônica de História do Brasil (<http://www.ufjf.br/~clionet/rehb>), historiadora responsável pela elaboração final do texto histórico para instrução de processos de tombamento, junto à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

Ao comentar a belíssima tese de doutorado de Ecléa Bosi, Marilena Chauí nos fornece pistas importantes no trato de suportes materiais para afloramento da memória de uma sociedade. Tais suportes encontram-se presentes não apenas em objetos pessoais como também em construções que permanecem ao longo do tempo. Seguindo este raciocínio, a memória de épocas antigas deve apoiar-se, entre outros mecanismos, na estabilidade espacial. Esta estabilidade serviria como um suporte, uma alavanca para as lembranças de épocas passadas.⁸⁴

Essas lembranças residem na memória dos mais idosos. O mapa de acesso para esse valioso tesouro são as reminiscências. Através delas, as gerações encontram o fio condutor de sua história e de sua verdadeira identidade. A história se utiliza de dados orais para que

⁸⁴ CHAÚÍ, Marilena. "Os trabalhos da memória". In: BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade - Lembrança de velhos**. São Paulo : T. Q. Queiroz, 1979. p. XIX.

esses possam dar voz *àqueles que não se expressam no registro documental*.⁸⁵ Tal fato é explicável uma vez que a maioria dos documentos são produzidos pelas classes dominantes ou por instituições oficiais. Por isso, *a história oral é a que melhor reconstrói os particulares triviais das vidas das pessoas comuns*.⁸⁶ Sob este ponto de vista, a história oral proporciona a riqueza de detalhes que falta aos documentos oficiais. Ela torna possível reproduzir histórias de grupos em pequena escala, aprofundando contornos específicos de uma determinada época e lugar.

Já fazem algumas décadas, os historiadores têm revisto seus pressupostos no sentido de ir além de uma história dos grandes acontecimentos ou dos grandes personagens. Cabe aos historiadores encontrar a história que respira. Esteja ela em documentos oficiais, em monumentos, em bens culturais, em relatos, em jornais,

⁸⁵ PRINS, Gwin. "História oral". In: BURKE, Peter (org). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: EDUSP, 1992. p. 192.

em construções que trazem de volta, ao presente, a alma de uma época, com todos os seus sentimentos, mesmo os mais comuns. Tudo faz parte da história. Cada um desses elementos são suportes para que os velhos pés de outrora continuem caminhando pela cidade que ainda não deixou de existir. São eles que nos mostrarão a nossa verdadeira identidade, porque são eles que continuam a informar sobre nossa origem. É preciso estarmos atentos aos apelos da modernidade.

Vivemos um tempo que reclama sem cessar o sensacional, o extraordinário, o exótico, se não, ao menos, o diferente e o novo. Por isso mesmo, são imensas as dificuldades para nomearmos a complexidade e a riqueza que estão mais próximas de nós, impregnadas da aparente banalidade do cotidiano. Recusamo-nos a admitir habitualmente que o desconhecimento

⁸⁶ Idem.

*mais digno de curiosidade não está longe e sim ao lado, sob os nossos olhos.*⁸⁷

É, exatamente, por isso que falar de um “secos e molhados” fundado no início do século XX, é importante para a história. É a história, que ainda respira nas paredes daquela construção, que pode trazer de volta o armazém do “seu Manoel da esquina”. Quase invisível na história considerada oficial, o senhor Manoel continua vivo, palpável nas lembranças dos que viveram naquele tempo. O casarão que ainda se encontra no número 3036 da avenida Barão do Rio Branco, esquina com a rua Oswaldo Aranha, traz de volta não apenas o senhor Manoel mas todo um modo de viver, todo o espírito de uma época. Através dele, podemos viajar no tempo e voltar à cidade do início do século XX.

⁸⁷ DEL PRIORI, Mary. História do cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, C. e VAINFAS, Ronaldo. (org). **Domínios da história; ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 259.

Ainda no século XIX, Juiz de Fora, dado ao desenvolvimento da Zona da Mata, intensificou suas atividades comerciais e de armazenamento e escoamento de café. *Uma concentração de capital capaz de suscitar o crescimento industrial da cidade, principalmente nos ramos têxtil, de alimentação e bebidas, acompanhando o que se observa nos grande centros do país.*⁸⁸ O crescimento urbano da Zona da Mata foi surpreendente entre os anos de 1820 e 1900, chegando a razão de 1274%.⁸⁹ Com um crescimento populacional urbano de 2500% entre os anos de 1855 e 1890⁹⁰, a cidade foi gradativamente definindo seu espaço urbano:

A partir do último quartel do século XIX há uma melhoria geral da

⁸⁸ CHRISTO, Marliz de Castro V. **Europa dos pobres: A Belle Époque mineira.** Juiz de Fora: EDUFJF, 1994. p. 11.

⁸⁹ MIRANDA, Sônia Regina. **Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na Velha Manchester Mineira.** Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1990. p. 86.

⁹⁰ Idem. p. 99.

*estrutura urbana e dos serviços e atividades a ela relacionadas. Na década de 1880 o município já vai dispor de um sistema de transportes urbanos, com a organização da Cia. Carris Urbanos de Juiz de Fora em 1880, serviços de telefonia (1883), telégrafo e água encanada (1885).*⁹¹

Todo o processo de evolução urbana deve ser entendido como parte de uma transformação maior, que abrange a própria estrutura da economia agroexportadora. Com a abolição, novas formas de trabalho impulsionam o sistema de crédito dinamizando o nível de consumo e de monetização da economia. Estas alterações irão *redimensionar as articulações e as funções que o setor urbano vinha desempenhando no interior da estrutura econômica agroexportadora.*⁹² Passa a imperar a lógica capitalista. Com uma rede de

⁹¹ PIRES, Anderson. **Capital agrário, investimento e crise da cafeicultura de Juiz de Fora - 1870/1930.** Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1994. p. 154. Ver também GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora.** Juiz de Fora : EDUFJF, 1988. p. 73.

serviços e atividades bastante variada Juiz de Fora vai, gradativamente, se firmando como um dos principais centros urbanos do Estado. Entre os anos de 1870 e 1925 o crescimento do número de estabelecimentos comerciais aumentou em 276,84%, tornando-se o mais intenso da Zona da Mata. Com a alfândega, em 1893, o município consolida sua posição de pólo comercial e econômico. Entre os anos de 1904 e 1905 a cidade detém 14,45% do total de estabelecimentos comerciais de Minas Gerais, perdendo apenas para a capital Belo Horizonte.⁹³

Tal contexto se faz presente na conformação do centro urbano da cidade. Reafirmam-se traços originais já identificados desde a década de 1860. Conforme podemos observar no mapa 01⁹⁴, na área central da cidade encontravam-se não apenas os centros de poder:

⁹² Idem. p. 157.

⁹³ Ibidem.

⁹⁴ GENOVEZ, Patrícia Falco (org). **Álbum de fotografias.** Juiz de Fora, 1998. (História e Arquitetura de Juiz de Fora, 11).

Igreja, Repartições públicas e Praça Central, como também era o local de residência da elite agrária e onde se fixaram os profissionais liberais e os comerciantes. Ao sul, no bairro Alto dos Passos, pode-se perceber outro núcleo de povoamento, área de residências nobres, alvo de investimentos de particulares. Ao norte, já na década de 1860, inicia-se a expansão dos bairros Mariano Procópio e Fábrica.⁹⁵ *Com o passar do tempo novas linhas de evolução da cidade vão se estabelecendo e aos poucos começam a aumentar a ligação entre áreas até então espacialmente separadas.*⁹⁶

Visto desta forma, o armazém do senhor Manoel funcionou como um desses elementos de ligação. O terreno adquirido pelo senhor Manoel Ferreira, em 1911, *por escritura pública de 26 de julho, lavrada em notas do 2º tabelião desta cidade e transcrito no Registro*

⁹⁵ MIRANDA, Sônia Regina. op. cit., p. 94 a 97.

⁹⁶ Idem. p. 98.

*Geral*⁹⁷, situa-se exatamente entre dois núcleos iniciais de povoamento⁹⁸: aquele desenvolvido a partir da Fazenda do Juiz de Fora, localizado na área central, e o segundo núcleo de desenvolvimento localizado no Alto dos Passos. Por outro lado, também localizava-se na entrada do bairro de São Mateus, que iniciava sua expansão. E, ainda, localizava-se também mais próximo das fazendas que se estendiam naquela direção.

Além disso, encontrava-se fora do perímetro comercial, onde ficava a grande maioria dos armazéns de secos e molhados. Apenas como ilustração, se folharmos o jornal O Pharol, de 1899 a 1911, iremos encontrar propagandas de alguns armazéns situados na antiga rua Direita, avenida Barão do Rio Branco a partir da década de 10: B. Penna e C.; Christovam de Andrade, Gama e Companhia; Casa Machado. Outra fonte, como os requerimentos de comerciantes feitos à Câmara

⁹⁷ ARQUIVO HISTÓRICO DA UFJF. Arquivo do Forum Benjamim Colucci. Inventário de Ludovina Ferreira da Veiga (1927).

Municipal, pode complementar esta informação ao fornecer vários nomes de proprietários de secos e molhados que se estabeleceram na Av. Rio Branco, entre os números 1700 e 7. Entre esses proprietários encontramos: João Caiat; Manoel Gonçalves da Silva; Andrés Antunes; Luiz Meurer; Jacob Helt; Carmello Sirimarco; Leones Cavaliéri Doro; Assad Bichara.⁹⁹ No jornal O Pharol há outros armazéns que se localizavam na rua Halfeld: Augusto Lopes da Motta; J. Maia e Teixeira; A. S. Bastos; Fraga e Costa; Casa Mendes. Assim como havia armazéns nas ruas Marechal Deodoro, 15 de Novembro, Espírito Santo, do Comércio, São João, Santa Rita. Esses dados reafirmam, portanto, a concentração comercial no centro da cidade.

Entre os requerimentos há um, do próprio Manoel Ferreira, informando que diminuiu seu estoque e pedindo para ser reclassificado pelo fiscal da Câmara

⁹⁸ GENOVEZ, Patrícia Falco. op. cit.

Municipal. Neste requerimento, de 22 de dezembro de 1916, o armazém aparece localizado na avenida Rio Branco 3036, esquina com a rua São Mateus. Desde o início do século, a rua Oswaldo Aranha, rua Itália até 1942, era considerada um prolongamento da rua São Mateus, entrada do bairro com o mesmo nome. Conforme Albino Esteves, a rua São Mateus ia *da rua Direita às chácaras Las-Casas e Mendonça*.¹⁰⁰

Os dados analisados acima, que parecem puramente de análise urbana e econômica, retornam nitidamente no cotidiano das pessoas que viviam nos arredores do bairro de São Mateus. Estão presentes nas lembranças de Yolanda Maria Junqueira Villela de Andrade Melo e de Sílvia Maria Belfort Villela de Andrade, que foram moradoras do bairro, na rua Carlos Chagas. As duas irmãs recordam-se, com nostalgia, do

⁹⁹ ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE DE JUIZ DE FORA. Fundo: Câmara Municipal - República Velha. Requerimentos. Caixa 83/05.

¹⁰⁰ ESTEVES, Albino. *Álbum do Município de Juiz de Fora - 1915*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915. p. 166.

comércio de secos e molhados do senhor Manoel Ferreira. *Um armazém famoso, que vendia de tudo. Eles mandavam caixeiros em casa, oferecendo mercadorias. Depois, entregavam.*¹⁰¹ O filho mais velho do senhor Manoel continuou o negócio, junto com os irmãos. *Havia outros armazéns: o do senhor Soares, na rua Dr. Romualdo, era pequeno*¹⁰²; o do senhor Ribeiro e a Casa Netto, o primeiro localizado na rua Sampaio esquina com a avenida Barão do Rio Branco e, o segundo, na rua São João esquina com a mesma avenida. Os dois últimos, eram considerados no centro da cidade, longe de São Mateus.¹⁰³

A importância do armazém pode ser avaliada pela construção que o abrigava. Em 1927, ano do falecimento de dona Ludovina Ferreira da Veiga, esposa do senhor Manoel Ferreira, os bens do casal foram avaliados por

¹⁰¹ Entrevista de Yolanda Maria Villela de Andrade Melo e de Sílvia Maria Vilela de Andrade concedida à Leda Maria de Oliveira.

¹⁰² Idem.

¹⁰³ Idem.

Sebastião Augusto Gomes e José Justino da Silva Braga. O sobrado onde se localizava o armazém foi assim descrito:

construído de tijolos sobre alicerces de pedras, coberta de telhas, forrada, assoalhada e envidraçada, tendo o pavimento térreo um cômodo ladrilhado e cômodo cimentado, ambos para negócio, com três portas de frente para a citada avenida, uma porta no canto quebrado da esquina e três portas para a rua de São Mateus, e tendo no pavimento superior sete cômodos com duas janelas e uma sacada para a mencionada avenida e quatro janelas e uma sacada de duas portas para a rua de São Mateus, com banheiro e cozinha ladrilhados, instalação elétrica e dita sanitária, havendo anexo ao pavimento principal um armazém para negócio construído e forrado em parte de telhas e em parte zinco, tendo os números 28, 38 e 42 da rua de São Mateus com seis portas de frente para

*esta rua ora avaliados, os louvados,
toda a casa em 54:000\$000
(cinquenta e quatro contos de réis),
valendo pois, casa e terreno
70:000\$000 (setenta contos de réis).*
104

A descrição do sobrado nos dá a oportunidade de avaliar o modo de vida da família do senhor Manoel. A casa com sete cômodo nos mostra conforto para a época, além da instalação elétrica e sanitária. Além disso, dá indícios para pensarmos em uma família que continuou co-habitando. Em 1927, dona Ludovina deixou quatro filhos: Antônio Ferreira da Veiga, com 25 anos; Aurora Ferreira da Veiga, com 23 anos; Alzira Ferreira da Veiga, com 21 anos e João Ferreira da Veiga, com apenas 9 anos. Conforme inventário do senhor Manoel, em 1930, todos os filhos continuavam solteiros. A casa possuía uma mobília composta de sofá, duas cadeiras de

¹⁰⁴ ARQUIVO HISTÓRICO DA UFJF. Arquivo do Forum Benjamim Collucci. Inventário de Ludovina Ferreira da Veiga (1927). Descrição dos bens

braço e seis cadeiras menores de palhinha; um guarda vestido; três camas de madeira para solteiro e três camas para casados; uma mesa para jantar e objetos de louça.

105

Na divisão dos bens, o senhor Manoel ficou com todos os objetos que compunham o armazém: uma armação com balcão para negócio, um relógio de parede, três balanças, uma geladeira e um cofre de ferro. Além disso, permaneceu com todos os objetos da casa e cento e sessenta e três milésimos no prédio onde residia e mantinha seus negócios. Os filhos ficaram com quarenta e cinco milésimos do prédio, cada um. Com a morte do senhor Manoel, Antônio declarou os mesmos bens como inventariante. Na divisão dos bens, ele ficou com todos os objetos da casa e do armazém, mais uma pequena parte no prédio. ¹⁰⁶

avaliados.

¹⁰⁵ Idem.

¹⁰⁶ ARQUIVO HISTÓRICO DA UFJF. Arquivo do Forum Benjamim Collucci. Inventário de Manoel Ferreira (1930). Descrição dos bens avaliados.

A construção de estilo eclético e o mobiliário da casa e do armazém representa, para o início do século, o maior símbolo da aproximação do ideal de progresso e modernidade que envolvia a cidade no momento da construção e consolidação do comércio de um modo geral e, de maneira específica, de secos e molhados. As características ecléticas do armazém seguiam o traço preponderante da época. Era o estilo seguido pelas grandes cidades no início do século. Em Juiz de Fora, a escolha desse estilo para a construção foi revestida também pela influência da imigração italiana e pela concentração de renda, característica da economia do período.

Através do estilo do pavimento superior, podemos identificar nitidamente a reafirmação do diálogo proposto. Significa que, tanto o construtor quanto o proprietário, estão buscando identificação com os “bem nascidos” que já se encontravam estabelecidos ao longo da avenida Barão do Rio Branco, incluindo o núcleo

central e o bairro Alto dos Passos. Todo o cuidado destinado à fachada reflete a intenção de diferenciar o imóvel comercial uma vez que o mesmo segue o arruamento. O destaque fica por conta dos elementos ecléticos: aliando colunas coríntias aos arcos trifólios, utilizados nas igrejas góticas. Embora seja um contra-senso negar a idéia burguesa de progresso, o construtor tenta mostrar uma identidade onde o antigo marque, como a coluna (que nesse caso não é um elemento estrutural da construção) o seu novo lugar social, fora do colonial (onde as construções eram colocadas no arruamento). É, numa economia em ascensão, que se produz o eclético.¹⁰⁷

A tentativa de diálogo com os “bem nascidos” se faz ainda mais necessária uma vez que o proprietário tem que se firmar socialmente. A ascensão econômica está presente não só na fachada mas no interior da

construção. A mobília indica uma separação do espaço interno. Uma separação evidente na sociedade deste período, onde todos os espaços começam a sofrer uma nova hierarquização com a industrialização se sobrepondo ao antigo e enraizado padrão agrário. Nesse sentido, o armazém do “seu Manoel da esquina” cumpre mais uma função de ligação. Além de ser o elo econômico entre dois núcleos de povoamento é, também, um elo cultural entre o antigo e o novo, entre o passado, o presente e, principalmente, o futuro que despontava para a cidade. Reflete, portanto, uma sociedade que se encontrava em transição, cujos parâmetros urbanos sofreram grande transformação. É, portanto, o emblema de uma época que agora se repete com as perspectivas econômicas que se coloca para Juiz de Fora. Sem este elo, corremos o risco de interromper o fio condutor da história da cidade.

¹⁰⁷ As noções trabalhadas combinando padrão arquitetônico e aspectos culturais e econômicos (os dois últimos parágrafos) tiveram assessoria da

Aspectos arquitetônicos

Mônica C. Henriques Leite
Raquel de Oliveira Fraga

A edificação estudada se situa na avenida Barão do Rio Branco n° 3036, esquina com a rua Chanceler Osvaldo Aranha. Sua construção data do início deste século e características formais que apresenta, sugerem seu enquadramento na fase eclética da arquitetura brasileira.

Possui dois pavimentos; sua implantação é feita no alinhamento das ruas, sendo que na esquina apresenta um chanfro característico das construções de sua época¹⁰⁸ e seu embasamento é de pedra¹⁰⁹.

Profa. Maraliz de C. Vieira Christo.

¹⁰⁸ Em edificações de esquina, é comum o aparecimento de chanfros como podemos notar em alguns exemplos no Rio de Janeiro e, até mesmo, em Juiz de Fora.

¹⁰⁹ Os embasamentos preenchem o espaço entre os alicerces propriamente ditos e o nascimento das paredes, ao nível do piso, e contribuem para evitar a ação das águas pluviais sobre as partes baixas da parede.

Através da documentação iconográfica e análise de seus elementos formais, nota-se que sofreu alterações enriquecedoras no volume da edificação, provavelmente em diferentes fases: primeiro pavimento sugere ter sofrido acréscimo lateral, bem como a posterior construção do pavimento superior.

O pavimento térreo possui uma linguagem mais simplificada:¹¹⁰ é composto de portas, com abertura para a av. Rio Branco, feitas em aço com bandeiras trabalhadas em ferro. A composição da fachada é destacada por duas colunas de pedra.

Na fachada da Rua Osvaldo Aranha, aparecem portas e janelas em arco pleno. Ela é composta por três portas, duas delas bipartidas, de madeira almofada, arrematadas por bandeiras com estampas variadas em

¹¹⁰ Desde o período colonial, ao pavimento térreo cabiam as funções de acomodação de empregados ou escravos, animais, depósitos ou lojas, dependendo da necessidade familiar. Por isso o tratamento arquitetônico dos pavimentos térreos aparece, normalmente, mais simplificado.

ferro e vidro,¹¹¹ recebendo a janela este mesmo tratamento. O fechamento deste pavimento é feito por um friso em argamassa de ornamentação bem singela.

A simplicidade deste pavimento contrasta com uma preocupação estética maior do andar superior¹¹². A fachada da avenida possui três janelas bipartidas, de madeira e em arcos trilobulados. É enfatizada a janela central, rasgada e ornamentada por um balcão em ferro fundido.

A fachada da Osvaldo Aranha apresenta quatro janelas ritmadas em sua composição, que recebem o mesmo tratamento das demais esquadrias descritas. O destaque é dado, no lado direito, pela presença de uma porta, que apesar de apresentar basicamente as mesmas

¹¹¹ Tratamento característico das edificações do século passado. Ver Reis Filho, Nestor Goulart dos. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. pág. .

¹¹² No segundo pavimento do sobrado, o piso era assoalhado proporcionando maior privacidade à residência, podendo somente as famílias mais abastadas possuir tal privilégio. Observando-se algumas características de composição sutilmente diferentes do pavimento térreo, deduz-se que este bloco teria sido construído posteriormente ao primeiro.

características anteriormente evidenciadas, possui um vão mais avantajado do que os demais.

Esta porta é bipartida, com o mesmo arco do pavimento superior, suas folhas são de madeira e vidro separadas por alvenaria e arrematada por um balcão retilíneo .

As fachadas são emolduradas por duas colunas com capitéis em volutas, e sob as janelas foram confeccionadas ornamentações em argamassa em baixo relevo com a nítida intenção de manter o ritmo entoado pelo balcão da janela central.

O coroamento do conjunto é constituído por um entablamento superior com cornija moldurada apoiada sobre consolos de perfil recortado, confeccionados em argamassa. A cornija está encimada por um telhado de quatro águas com um ponto bastante elevado, coberto por telhas "francesas ".

Nota-se, no pavimento inferior da fachada da rua Osvaldo Aranha, um bloco situado no extremo

esquerdo, que parece haver sido anexado posteriormente ao conjunto. Este se constitui por portas e janelas guardando o mesmo emoldramento deste pavimento. Constitui-se de três janelas centrais e duas portas laterais, todas bipartidas, almofadadas, com bandeiras trabalhadas¹¹³ em vidro e madeira.

O coroamento deste bloco é realizado por uma platibanda com balaustrada que parece ter sido interrompida devido ao acréscimo do pavimento superior. As características diversas , acima mencionadas, sugerem que o bloco deve ter abrigado algum uso residencial anteriormente.

Concluindo, a edificação citada se enquadra nos padrões das construções brasileiras da fase ecléticas do início do presente século. Esta corrente sucedeu o período colonial e foi introduzido com a chegada da Missão Francesa no Brasil e a criação da Academia

Imperial de Belas-Artes do Rio de Janeiro. Inspirados em padrões estéticos praticados na Europa naquele momento, os membros da referida Missão Francesa favoreceram a implantação de tipos mais refinados de construção.

A abertura dos portos às nações amigas permitiu a importação de equipamentos não fabricados em nosso país, contribuindo para o refinamento da aparência das construções. A cobertura, anteriormente de duas águas, tornou-se mais complexa com quatro águas, devido a utilização de novos equipamentos e materiais como: calhas, condutores, manilhas e telhas do tipo "francesa", como aparece no caso estudado.

O eclético tratava da articulação e composição de vários estilos combinados, fazendo uma breve citação, com preocupação mais rebuscada da ornamentação, através de volumes feitos de argamassa. No presente

¹¹³ A estampa destas bandeiras foram encontradas em exemplos de edificações em Ouro Preto, conforme WASTH, José Rodrigues. **Documentário**

exemplo, estes aparecem emoldurando janelas e portas, no entablamento superior e nas colunas, outro elemento bastante característico desta fase.

O ferro, juntamente com os vidros e as madeiras serradas (portas, janelas e pisos de assoalhos encerrado) foram alguns dos materiais importados, significava o sinal de "modernidade", aparecem normalmente nos balcões como característica desta corrente.

A utilização do pavimento inferior para o comércio era bastante utilizada nesta época, pois gerava um conforto para residência, caracterizando o poder aquisitivo maior do proprietário, segregando assim, o comércio da morada através da própria ornamentação diferenciada, embora mantendo uma linguagem única.

As transformações ocorridas não invalidam esta edificação. Pelo contrário, demonstram sua capacidade de adaptação a novas situações, ao longo dos anos.

Mostram, através deste exemplo concreto, "o prédio situado na av. Barão de Rio Branco n° 3036", as modificações históricas, arquitetônicas e urbanísticas ocorridas em nossa cidade, no decorrer do passado.

E as transcrições de mais de 3 linhas em itálico e com recuo de 2 cm à esquerda e 0,5 cm à direita.

Os direitos autorais desta obra são propriedade das autoras. A obra pode ser obtida gratuitamente através da BIBLIOTECA VIRTUAL DE HISTÓRIA DO BRASIL <<http://www.ufjf.br/~clionet/bvhbr>> e reproduzida eletronicamente ou impressa desde que para uso pessoal e sem finalidades comerciais e não sofra alterações em seu conteúdo e estrutura eletrônica.

A obra
*Núcleo Histórico da Avenida Barão do Rio Branco (Alto dos Passos)/ Nota
Prévia de Pesquisa*
da autoria de
Patrícia Falco Genovez,
publicada pela **CLIOEDEL** - Clio Edições Eletrônicas -
foi editada e formatada com a seguinte configuração de página:
tamanho do papel: A4,
orientação: paisagem,
margens superior e inferior:
3,17 cm,
margens esquerda e direita:
2,54 cm
medianiz: 0 cm,
distancias do cabeçalho
e rodapé em relação à
borda do papel: 1,25 cm.
O texto foi digitado em
Word 6.0 para Windows,
com fonte Times New Roman 14,
espaço 1,5 e recuo de parágrafo de 1,27 cm.
As notas de rodapé, com mesma fonte, mas tamanho 12.